

**DIOCESE DE TAUBATÉ
COLEGIADO DAS ORGANIZAÇÕES E PASTORAIS SOCIAIS
COPS**

**PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO-POLÍTICO
DA DIOCESE DE TAUBATÉ
2014**

I. INTRODUÇÃO

Este levantamento visa fornecer subsídios para conhecimento da realidade e planejamento de ações pastorais e de cidadania nos 11 municípios que compõem a Diocese de Taubaté, São Paulo.

Avaliaram-se os principais aspectos socioeconômicos, a saber (fonte: Fundação SEADE – 2014):

1. Condições de vida
2. Educação
3. Emprego e rendimento
4. Estatísticas vitais e saúde
5. Infraestrutura Urbana
6. Território e população

Destes, a partir de 51 variáveis disponíveis no Perfil Municipal – SEADE foram selecionadas 17, que se afiguraram mais significativas em uma primeira abordagem. Foi necessário um grande esforço de sistematização dado que, inicialmente, levantou-se e transformaram-se em tabelas as 51 variáveis (preservadas para consultas posteriores) de cada uma das 11 cidades, totalizando 561 entradas.

Tomaram-se dados sobre o crescente problema da violência junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública e, novamente, selecionaram-se as variáveis julgadas mais significativas:

1. Estupro
2. Furto
3. Furto e roubo de veículo
4. Homicídio doloso
5. Roubo
6. Tráfico de entorpecentes

Em seguida, em exaustiva pesquisa telefônica, município a município, compilou-se os dados disponíveis sobre os Conselhos Municipais.

Por fim, reuniram-se os dados de pertencimento às principais religiões nos 11 municípios conforme dados do Censo 2010 – IBGE compilados pelo Pe. Gabriel Henrique de Castro.

A escolha das variáveis e pré-análise de alguns dos dados por nós levantados deu-se em sucessivas reuniões da comissão do COPS que se responsabilizou por levar avante este trabalho: Antônia Helena Couto Silva, Cleuza Werneck, Heloisa Helena Almeida Alves, Rosana Resende, Ana Regina Gama e Joffre Neto.

II - ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Como informado, foram analisados os seguintes aspectos:

1. Território e população
2. Infraestrutura urbana
3. Estatísticas vitais e saúde
4. Emprego e rendimento
5. Educação
6. Condições de vida

Das variáveis absolutas (área e população municipais) foram tomadas as médias aritméticas simples para que se pudesse comparar cada cidade com a Diocese e com o Estado de São Paulo.

Já das taxas, procedeu-se à média aritmética ponderada pela população de cada cidade. Assim, por exemplo, para o cálculo do IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Diocese tem-se:

$$\text{IDHM Diocese} = \frac{p_1 \cdot x_1 + p_2 \cdot x_2 + p_3 \cdot x_3 + \dots + p_n \cdot x_n}{p_1 + p_2 + p_3 + \dots + p_n} = \frac{\sum_{i=1}^n (p_i \cdot x_i)}{\sum_{i=1}^n p_i}$$

onde : “ p_i ” = população de cada município
“ x_i ” = IDHM de cada município

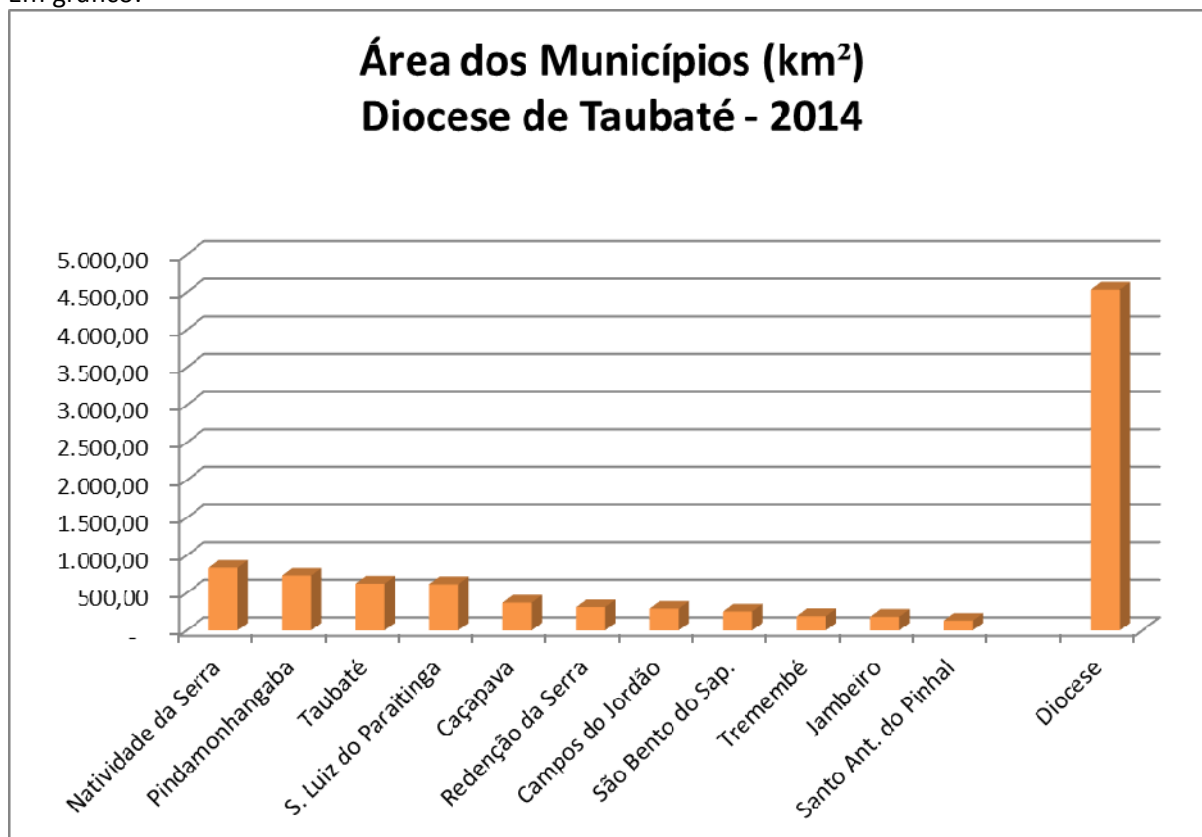
II.1 - TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

II.1.a - Extensão Territorial

Há imensas desproporcionalidades: Natividade da Serra, com 1% da população diocesana detém nada menos que 18% da área total, o que, obviamente, traz imensos desafios pastorais e governamentais.

MUNICÍPIO	ÁREA (km ²)	% DA DIOCESE
Natividade da Serra	833,37	18%
Pindamonhangaba	729,89	16%
Taubaté	624,89	14%
S. Luiz do Paraitinga	617,32	14%
Caçapava	369,03	8%
Redenção da Serra	309,37	7%
Campos do Jordão	290,06	6%
São Bento do Sap.	253,05	6%
Tremembé	191,36	4%
Jambeiro	184,41	4%
Santo Ant. do Pinhal	133,01	3%
Diocese	4.535,76	
Estado	248.223,21	

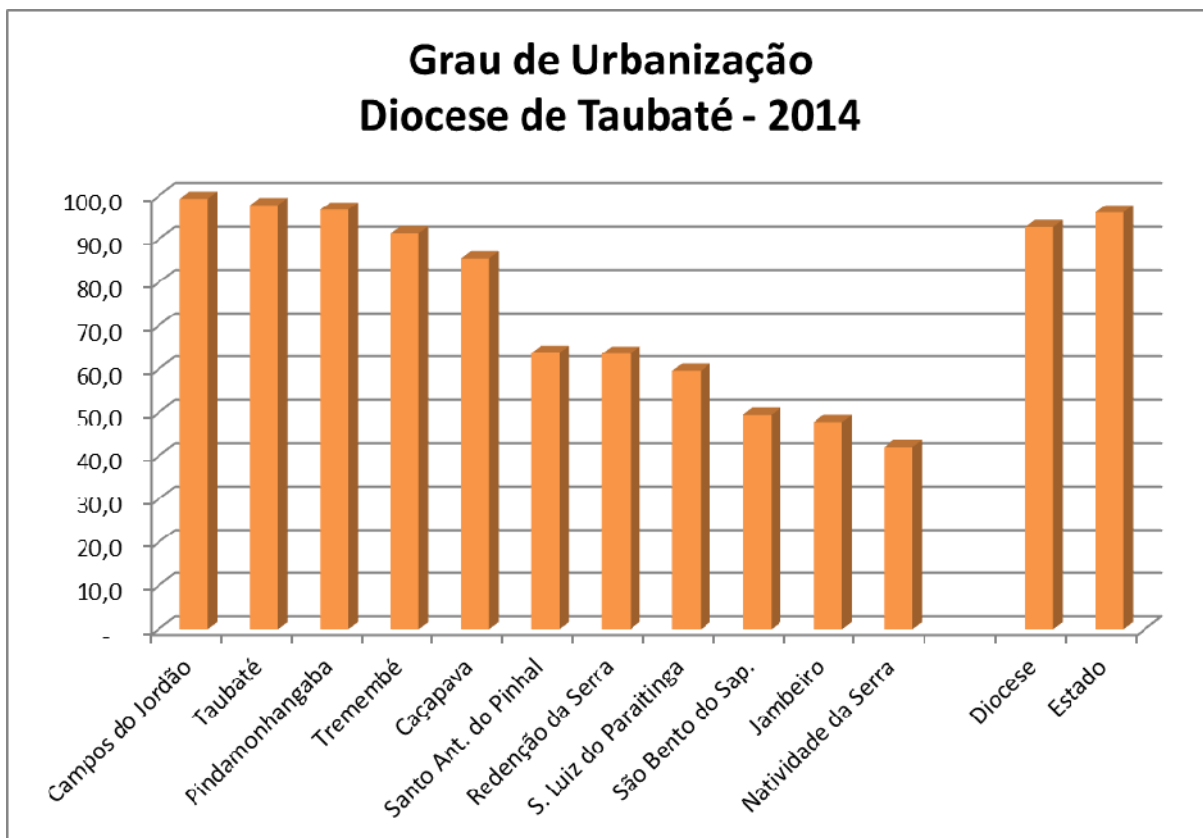
Em gráfico:



II.1.b - Grau de Urbanização

A Diocese é intensamente urbanizada: os cinco maiores municípios - Taubaté, Pindamonhangaba, Caçapava, Campos do Jordão e Tremembé -, têm grau de urbanização que varia de 85,6%, em Caçapava a 99,4% em Campos do Jordão, que quase não possui população rural.

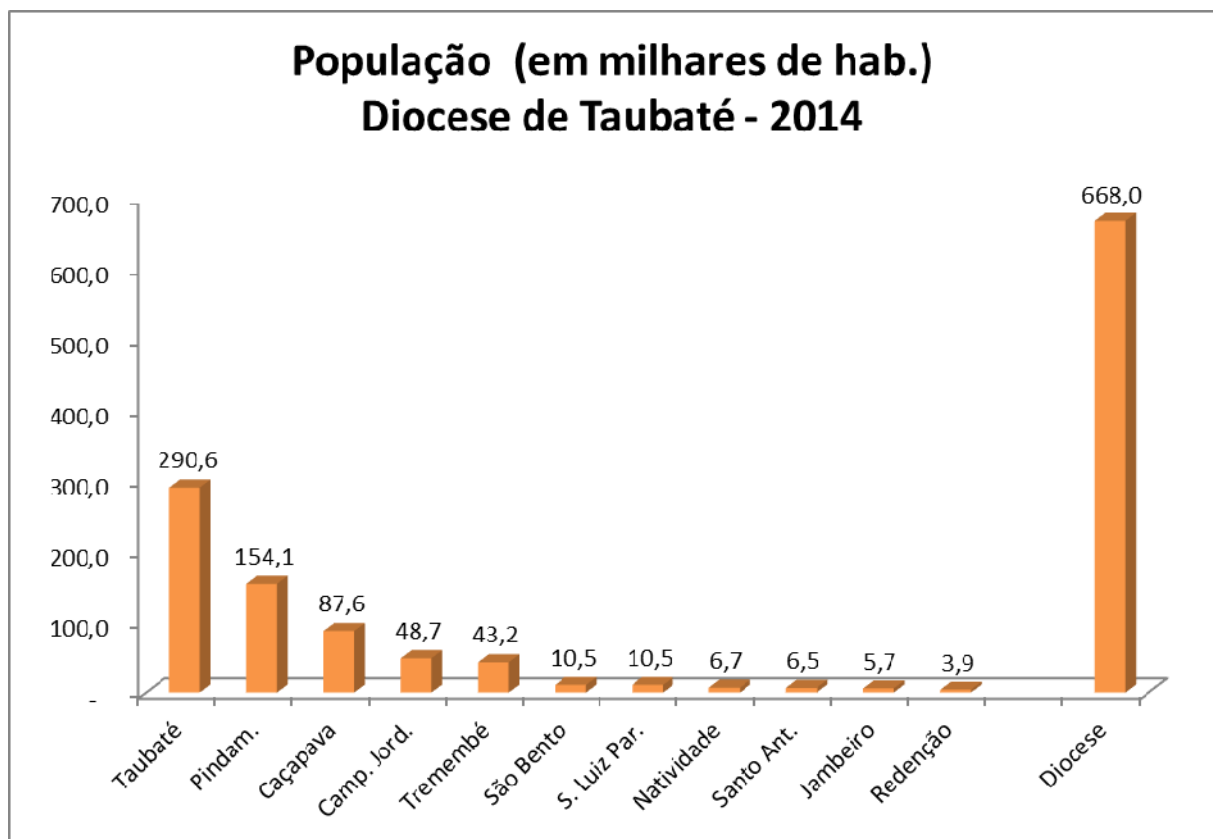
MUNICÍPIO	URBANIZAÇÃO (%)
Campos do Jordão	99,4
Taubaté	97,9
Pindamonhangaba	96,8
Tremembé	91,4
Caçapava	85,6
Santo Ant. do Pinhal	63,8
Redenção da Serra	63,6
S. Luiz do Paraitinga	59,7
São Bento do Sap.	49,5
Jambeiro	47,9
Natividade da Serra	42,0
Diocese	92,9
Estado	96,2



II.1.c - População

Novamente referindo-se aos cinco maiores municípios, estes concentram 93% da população diocesana, que compreende quase 700 mil habitantes (667.961 almas).

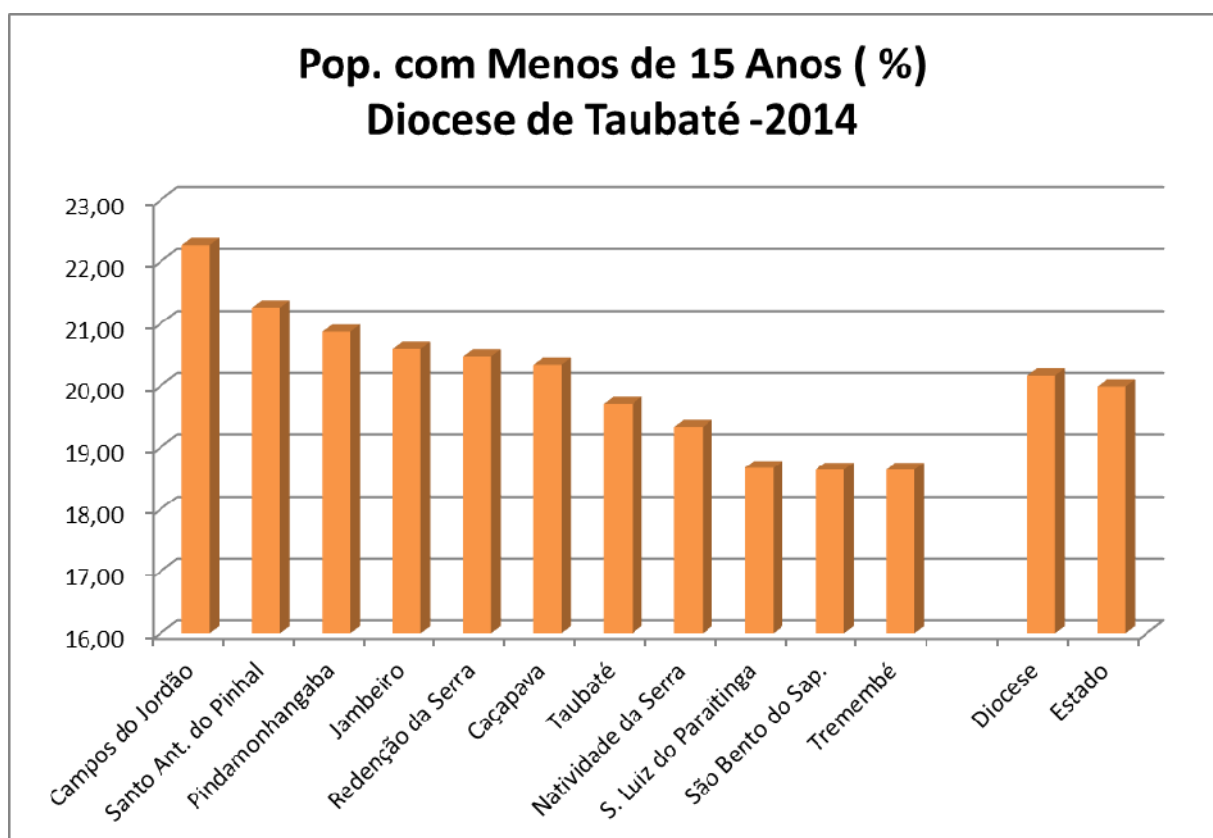
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	% DA DIOCESE
Taubaté	290.634	44%
Pindamonhangaba	154.082	23%
Caçapava	87.599	13%
Campos do Jordão	48.746	7%
Tremembé	43.157	6%
São Bento do Sap.	10.478	2%
S. Luiz do Paraitinga	10.458	2%
Natividade da Serra	6.679	1%
Santo Ant. do Pinhal	6.537	1%
Jambeiro	5.739	1%
Redenção da Serra	3.852	1%
TOTAL	667.961	100%



II.1.d - População com Menos de 15 Anos

Em média a Diocese tem a mesma proporção de adolescentes que o restante do Estado; 20,2% contra 20,0 deste último, com ligeiro destaque para Campos do Jordão (22,3%).

MUNICÍPIO	POP. < 15 Anos (%)
Campos do Jordão	22,3
Santo Ant. do Pinhal	21,3
Pindamonhangaba	20,9
Jambeiro	20,6
Redenção da Serra	20,5
Caçapava	20,3
Taubaté	19,7
Natividade da Serra	19,3
S. Luiz do Paraitinga	18,7
São Bento do Sap.	18,6
Tremembé	18,6
Diocese	20,2
Estado	20,0

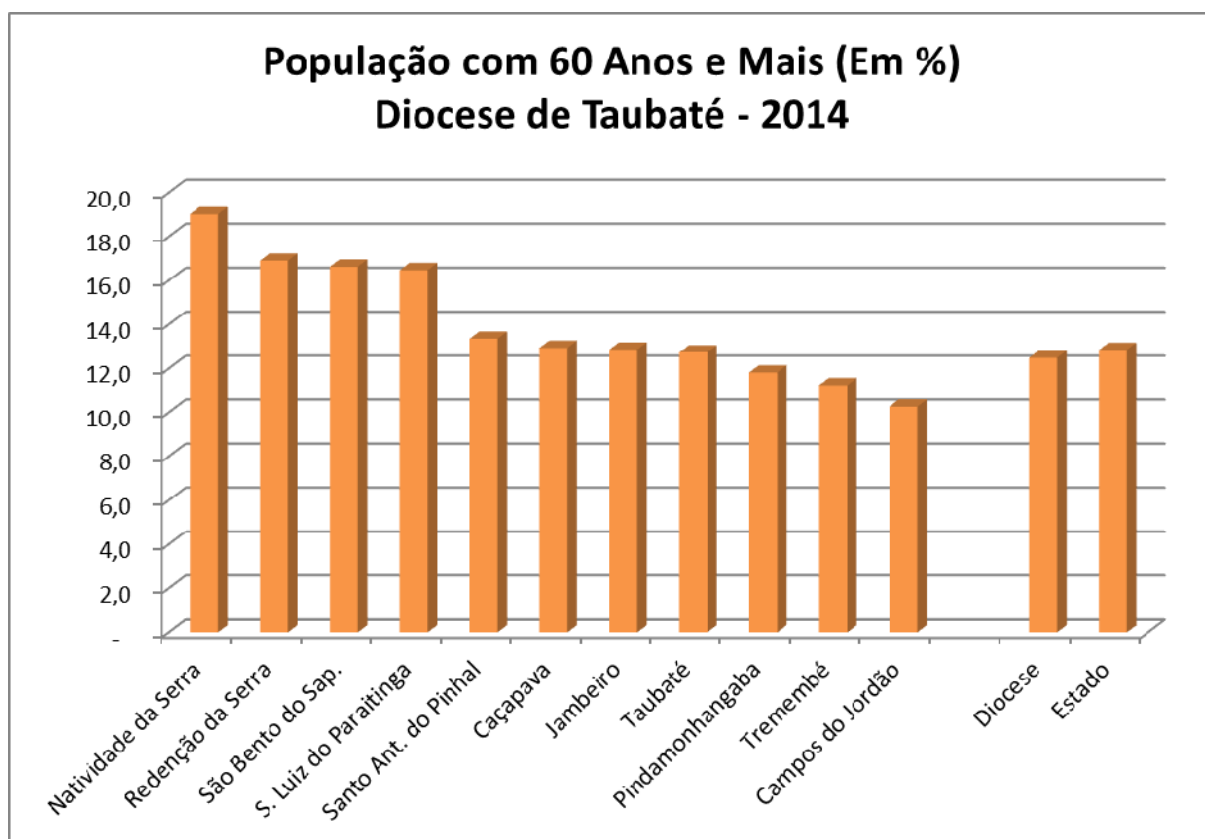


II.1.e - População com 60 Anos e Mais

Aqui um dado é preocupante: os dois mais carentes municípios da Diocese, quais sejam, Natividade e Redenção da Serra, concentram os maiores contingentes de idosos (19,0% e 16,9% respectivamente), em proporção quase dobrada em relação as demais localidades.

Reflexo da falta de oportunidades econômicas, educacionais e lazer, o que leva à emigração de jovens, este quadro novamente desafia as estratégias políticas e pastorais.

Município	Pop. 60 Anos e Mais (%)
Natividade da Serra	19,0
Redenção da Serra	16,9
São Bento do Sap.	16,6
S. Luiz do Paraitinga	16,5
Santo Ant. do Pinhal	13,4
Caçapava	12,9
Jambeiro	12,9
Taubaté	12,7
Pindamonhangaba	11,8
Tremembé	11,3
Campos do Jordão	10,3
Diocese	12,5
Estado	12,9

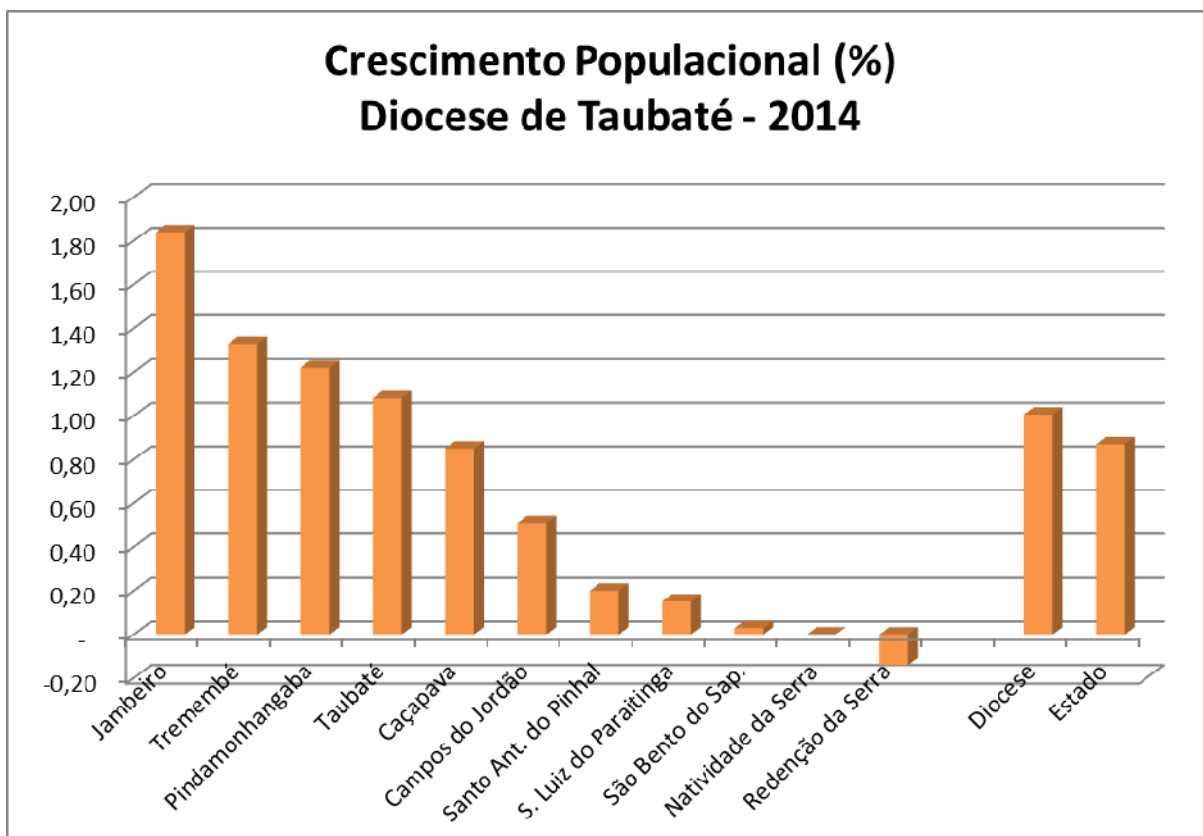


II.1.f - Crescimento Populacional

Vê-se que Jambeiro está em pleno crescimento populacional (1,84% a.a., mais de duas vezes a média estadual) e, contrariamente ao senso comum, o maior município e polo de atração de imigrantes, Taubaté, tem patamares menores (1,08% a.a.).

Novamente os dois municípios menos favorecidos, Redenção e Natividade, se destacam: este parou de crescer (0% a.a.) e Redenção está em fase de despovoamento: diminuiu sua população no ano passado em 0,14%.

Município	Cresc. Populacional (%a.a.)
Jambeiro	1,84
Tremembé	1,33
Pindamonhangaba	1,22
Taubaté	1,08
Caçapava	0,85
Campos do Jordão	0,51
Santo Ant. do Pinhal	0,20
S. Luiz do Paraitinga	0,15
São Bento do Sap.	0,03
Natividade da Serra	-
Redenção da Serra	-0,14
Diocese	1,01
Estado	0,87

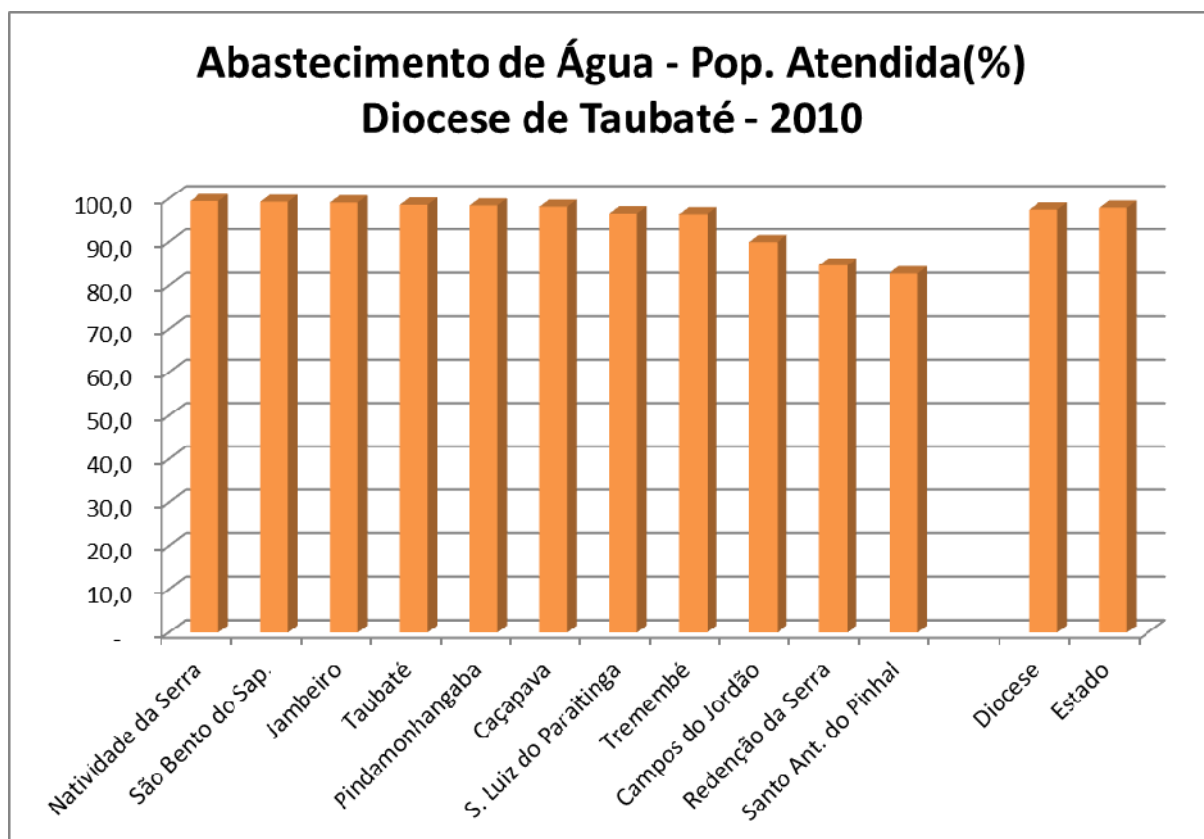


II.2 – INFRA-ESTRUTURA URBANA

II.2.a - Abastecimento de Água – População Atendida

Este é um dado muito positivo: na imensa maioria dos municípios quase toda a população é servida por rede de água tratada (em média 97,5% na Diocese), com destaques preocupantes, porém, em Redenção da Serra (84,7%) e Santo Antônio do Pinhal (82,8%).

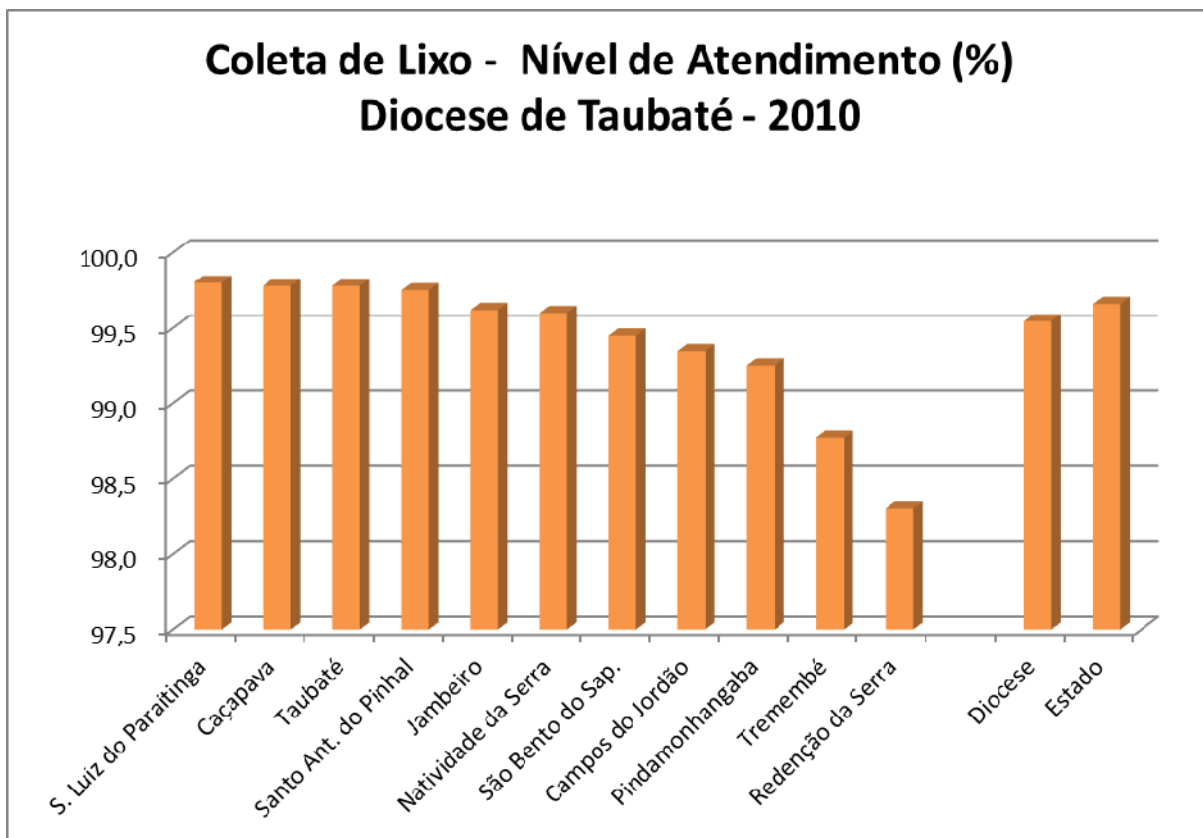
Município	Abastecimento de Água (% da Pop.)
Natividade da Serra	99,4
São Bento do Sap.	99,3
Jambeiro	99,1
Taubaté	98,6
Pindamonhangaba	98,5
Caçapava	98,2
S. Luiz do Paraitinga	96,6
Tremembé	96,4
Campos do Jordão	90,0
Redenção da Serra	84,7
Santo Ant. do Pinhal	82,8
Diocese	97,5
Estado	97,9



II.2.b - Coleta de Lixo

Quanto a este serviço público a situação é muito boa: dos maiores aos menores municípios praticamente toda a população tem acesso a ele (99,5% em média na Diocese).

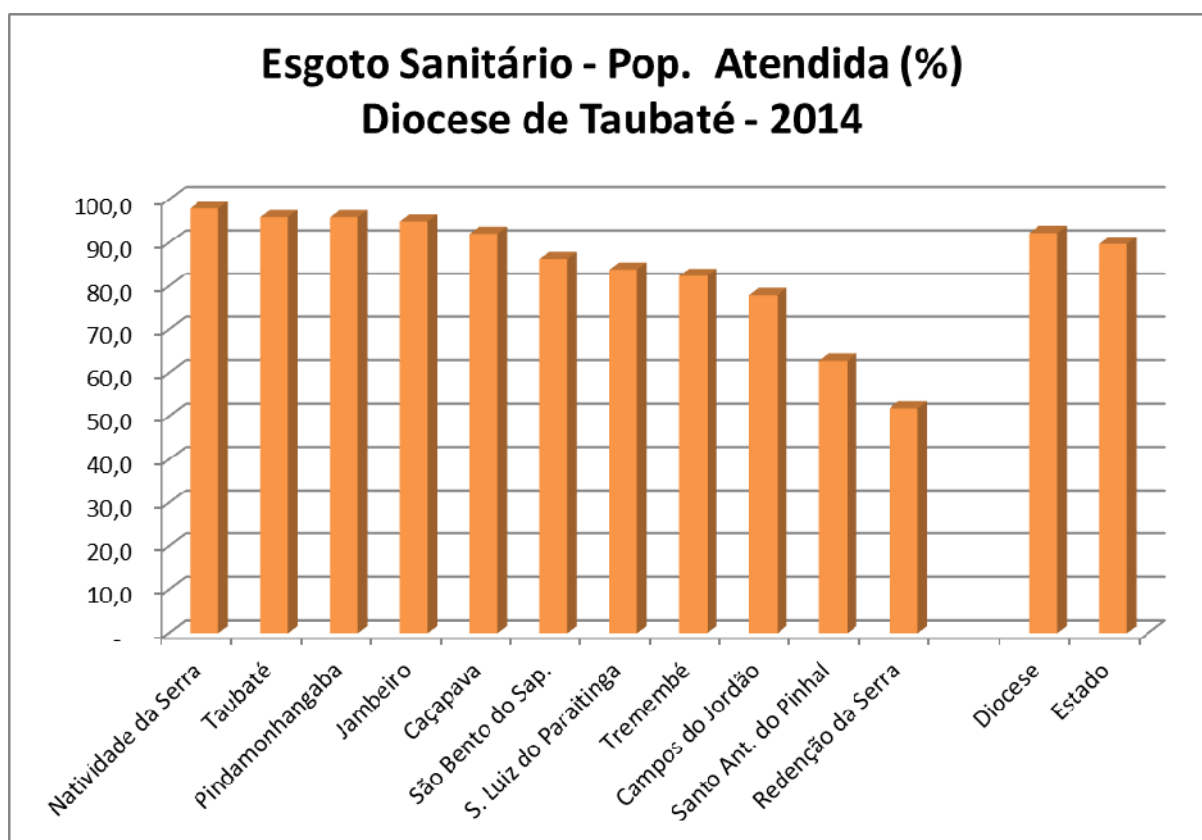
Município	Coleta de Lixo - Pop. Atendida (%)
S. Luiz do Paraitinga	99,8
Caçapava	99,8
Taubaté	99,8
Santo Ant. do Pinhal	99,8
Jambeiro	99,6
Natividade da Serra	99,6
São Bento do Sap.	99,5
Campos do Jordão	99,4
Pindamonhangaba	99,3
Tremembé	98,8
Redenção da Serra	98,3
Diocese	99,5
Estado	99,7



II.2.c - Esgoto Sanitário

Aqui há motivo de preocupação: Redenção da Serra atende pouco mais da metade de suas residências com serviço de esgoto sanitário (51,9%) e o quarto município mais populoso e economicamente ativo da Diocese, Campos do Jordão, serve apenas 78,0% das casas.

Município	Esgoto Sanitário - Pop. Atend. (%)
Natividade da Serra	97,9
Taubaté	95,9
Pindamonhangaba	95,9
Jambeiro	95,0
Caçapava	92,2
São Bento do Sap.	86,3
S. Luiz do Paraitinga	83,8
Tremembé	82,4
Campos do Jordão	78,0
Santo Ant. do Pinhal	62,8
Redenção da Serra	51,9
Diocese	92,3
Estado	89,8



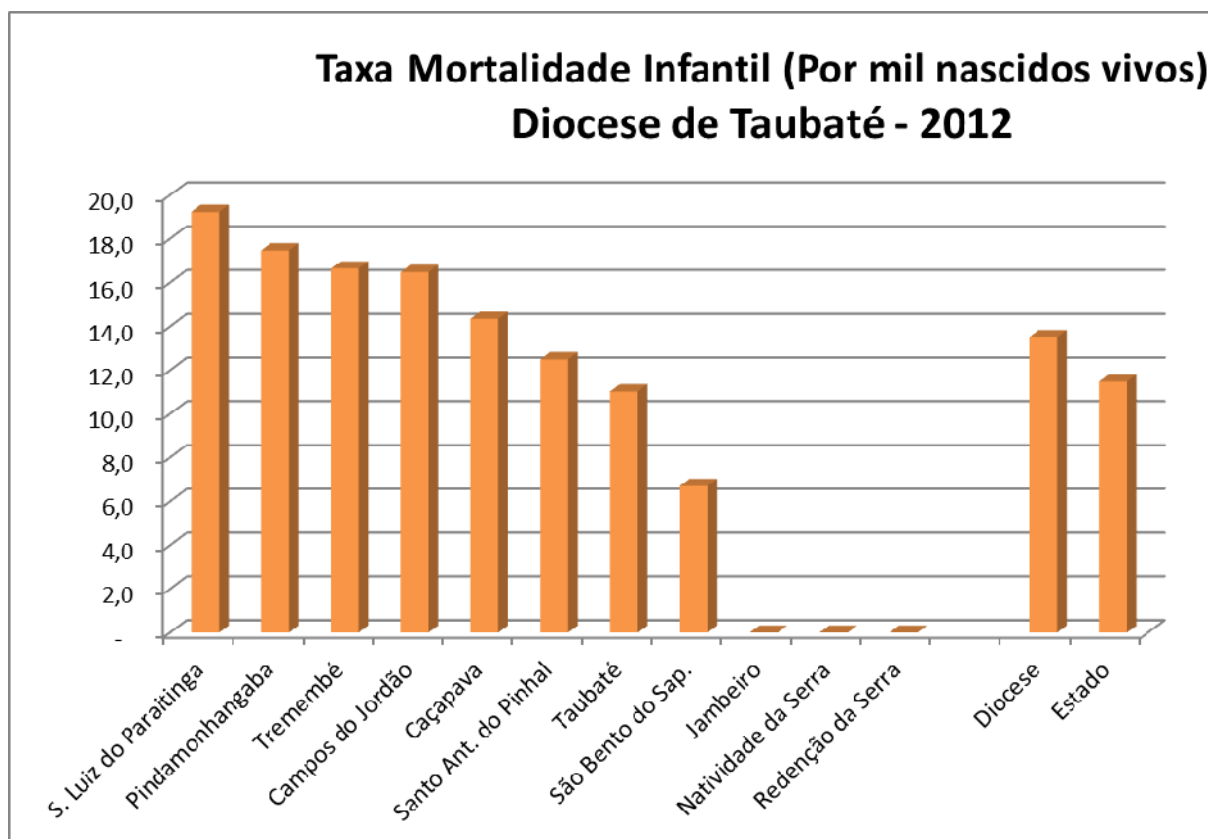
II.3 – ESTATÍSTICAS VITAIS E SAÚDE

II.3.a – Taxa de Mortalidade Infantil - menores de um ano (por mil nascidos vivos)

Há motivo de preocupação neste índice: São Luiz do Paraitinga e Pindamonhangaba (surpreendentemente para este) se destacam com 19,2 e 17,5 bebês que não ultrapassam o primeiro ano de vida a cada mil nascidos, numa média muito superior à do Estado (11,5).

Para Redenção, Natividade e Jambeiro não há dados disponíveis.

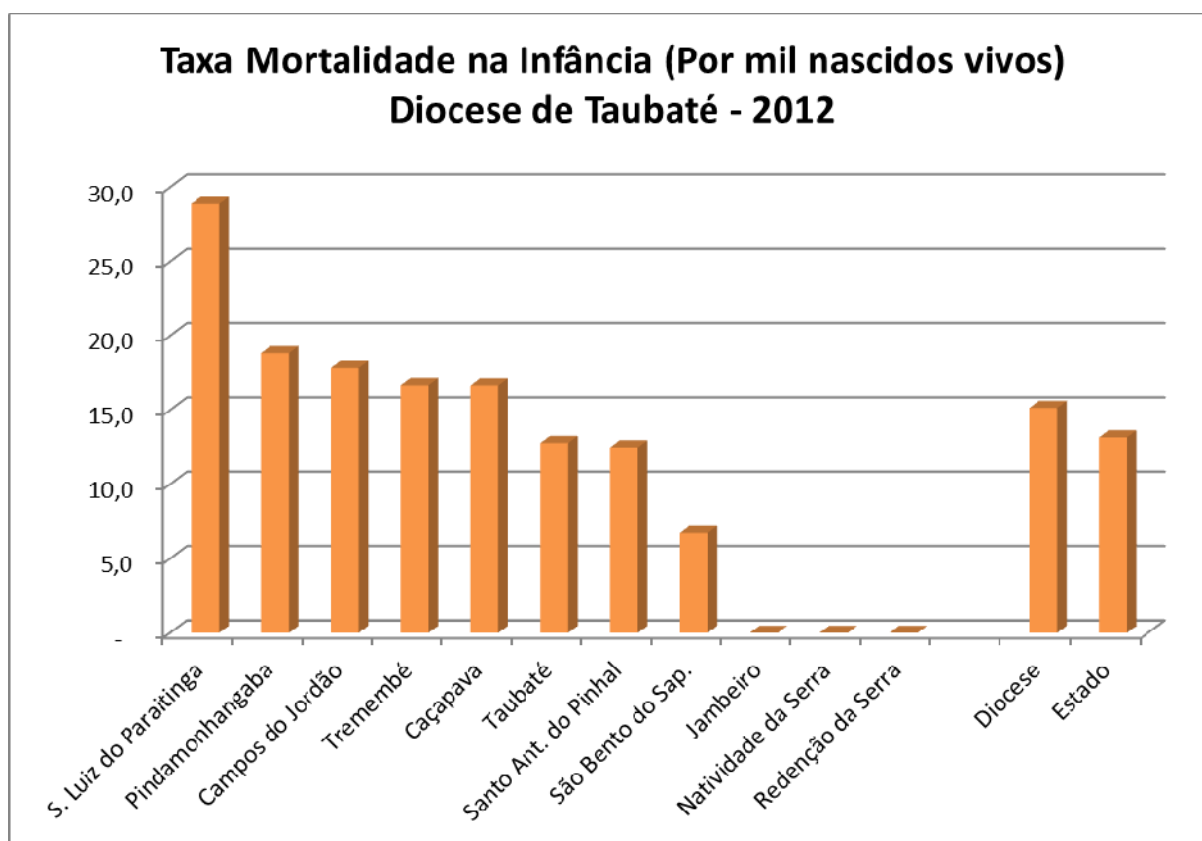
Município	Taxa Mort. Infantil
S. Luiz do Paraitinga	19,2
Pindamonhangaba	17,5
Tremembé	16,6
Campos do Jordão	16,5
Caçapava	14,4
Santo Ant. do Pinhal	12,5
Taubaté	11,0
São Bento do Sap.	6,7
Jambeiro	-
Natividade da Serra	-
Redenção da Serra	-
Diocese	13,5
Estado	11,5



II.3.b – Taxa de Mortalidade na Infância – menores de cinco anos - (por mil nascidos vivos)

Aqui a situação se repete: São Luiz e Pindamonhangaba tem índices muito superiores aos da Diocese (15,1) e do Estado (13,2) de mortalidade até cinco anos de idade: graves 28,9 para São Luiz e 18,8 para Pindamonhangaba, seguidos de perto por Campos do Jordão.

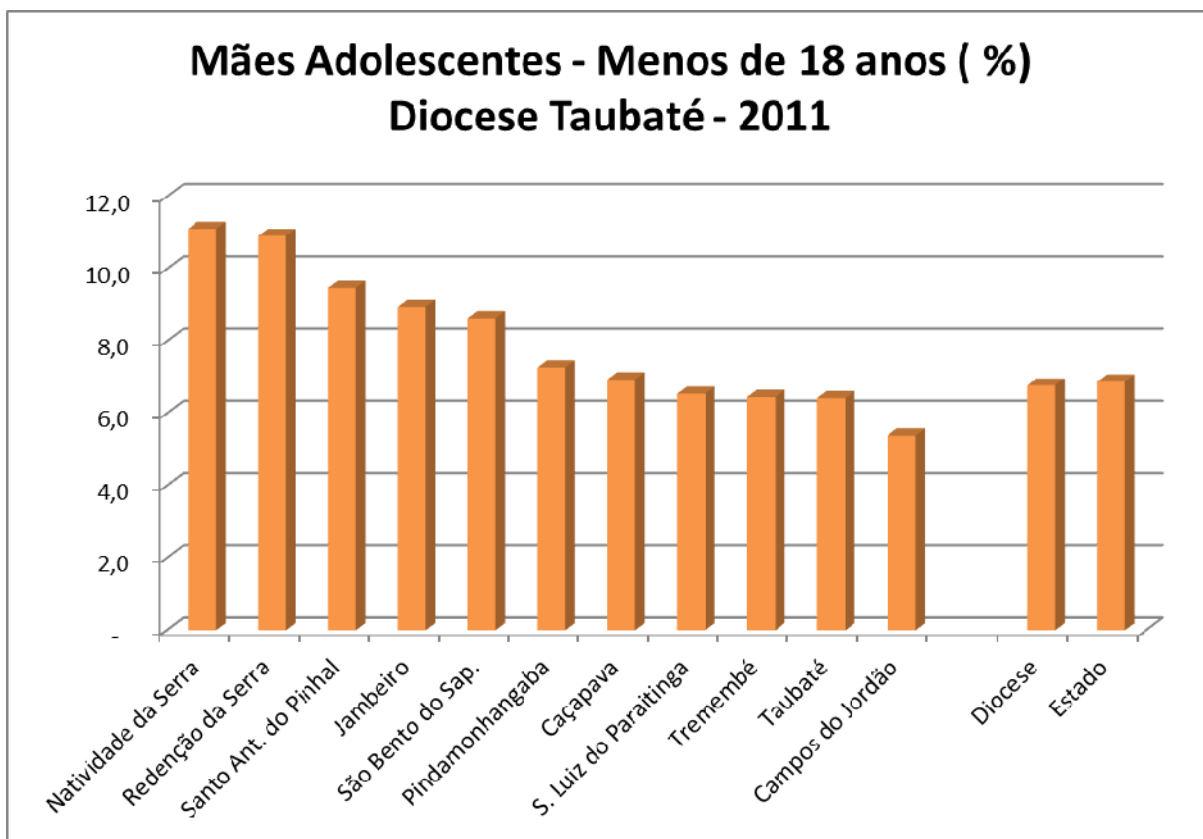
Município	Taxa de Mort. na Infância
S. Luiz do Paraitinga	28,9
Pindamonhangaba	18,8
Campos do Jordão	17,9
Tremembé	16,6
Caçapava	16,6
Taubaté	12,8
Santo Ant. do Pinhal	12,5
São Bento do Sap.	6,7
Jambeiro	-
Natividade da Serra	-
Redenção da Serra	-
Diocese	15,1
Estado	13,2



II.3.c – Mães Adolescentes – Menos de 18 anos (%)

Novamente preocupa a situação dos pequenos municípios: em Natividade e Redenção da Serra mais de 10% das mães têm menos de 18 anos (11,1% e 10,9%, respectivamente). O destaque positivo é para Campos do Jordão: tem índice de 5,4%, que é menor do que a média do Estado de São Paulo (6,9%).

Município	Mães Adolesc.< de 18a)
Natividade da Serra	11,1
Redenção da Serra	10,9
Santo Ant. do Pinhal	9,5
Jambeiro	9,0
São Bento do Sap.	8,6
Pindamonhangaba	7,3
Caçapava	6,9
S. Luiz do Paraitinga	6,5
Tremembé	6,5
Taubaté	6,4
Campos do Jordão	5,4
Diocese	6,8
Estado	6,9

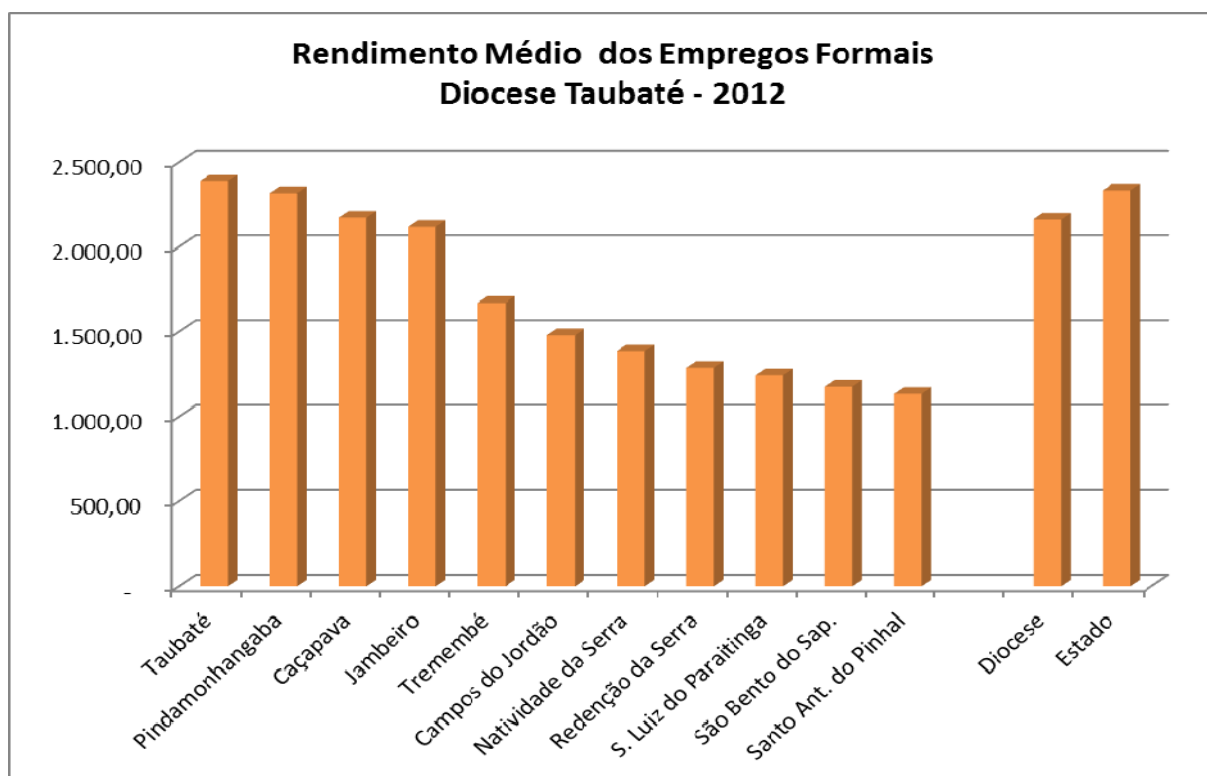


II.4 – EMPREGO E RENDIMENTO

Como era de se esperar, os maiores municípios oferecem empregos de melhor remuneração. Taubaté, no topo da lista, oferece empregos formais com rendimentos médios 2,1 (110,6%) vezes maiores que o último colocado Santo Antônio do Pinhal: R\$ 2.386,99 sobre R\$ 1.133,14. No entanto, surpreende que Natividade da Serra e Redenção tenham rendimentos ligeiramente superiores aos de São Luiz, São Bento do Sapucaí e Santo Antônio do Pinhal.

II.4.a – Rendimento Médio dos Empregos Formais (R\$)

Município	Renda média
Taubaté	2.386,99
Pindamonhangaba	2.312,95
Caçapava	2.173,75
Jambeiro	2.118,82
Tremembé	1.670,27
Campos do Jordão	1.479,04
Natividade da Serra	1.382,80
Redenção da Serra	1.288,88
S. Luiz do Paraitinga	1.244,63
São Bento do Sap.	1.176,73
Santo Ant. do Pinhal	1.133,14
Diocese	2.161,56
Estado	2.329,86



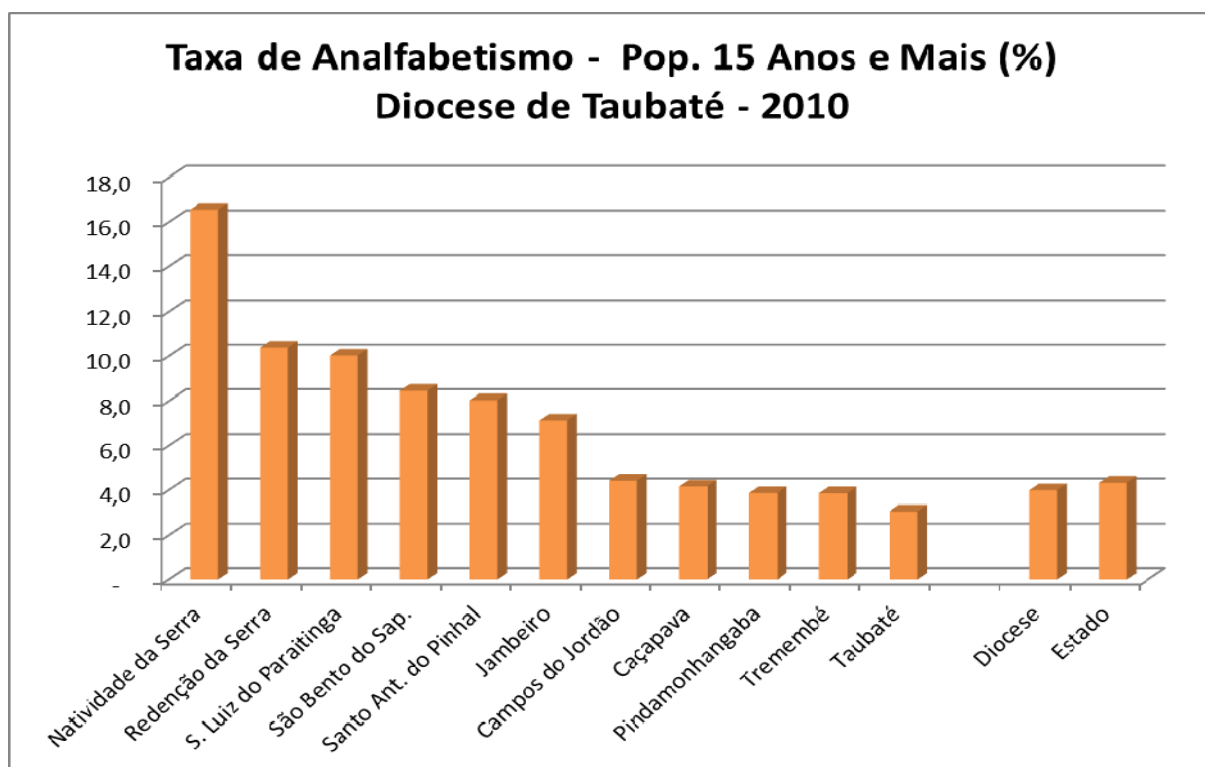
II.5 – EDUCAÇÃO

II.5.a – Taxa de Analfabetismo - Pop. de 15 Anos e Mais (%)

Sem acesso à alfabetização as oportunidades se estreitam, o que fragiliza ainda mais as populações dos municípios mais carentes. Em Natividade da Serra, quase exatamente um sexto da população acima de 15 anos é analfabeta – o que certamente tem conexão com o fato de ser a cidade com menor grau de urbanização na Diocese (42%).

Já a situação da Diocese é relativamente boa: 4% (reflexo do baixo índice do município mais populoso – Taubaté -, que apresenta 3,1% de analfabetos).

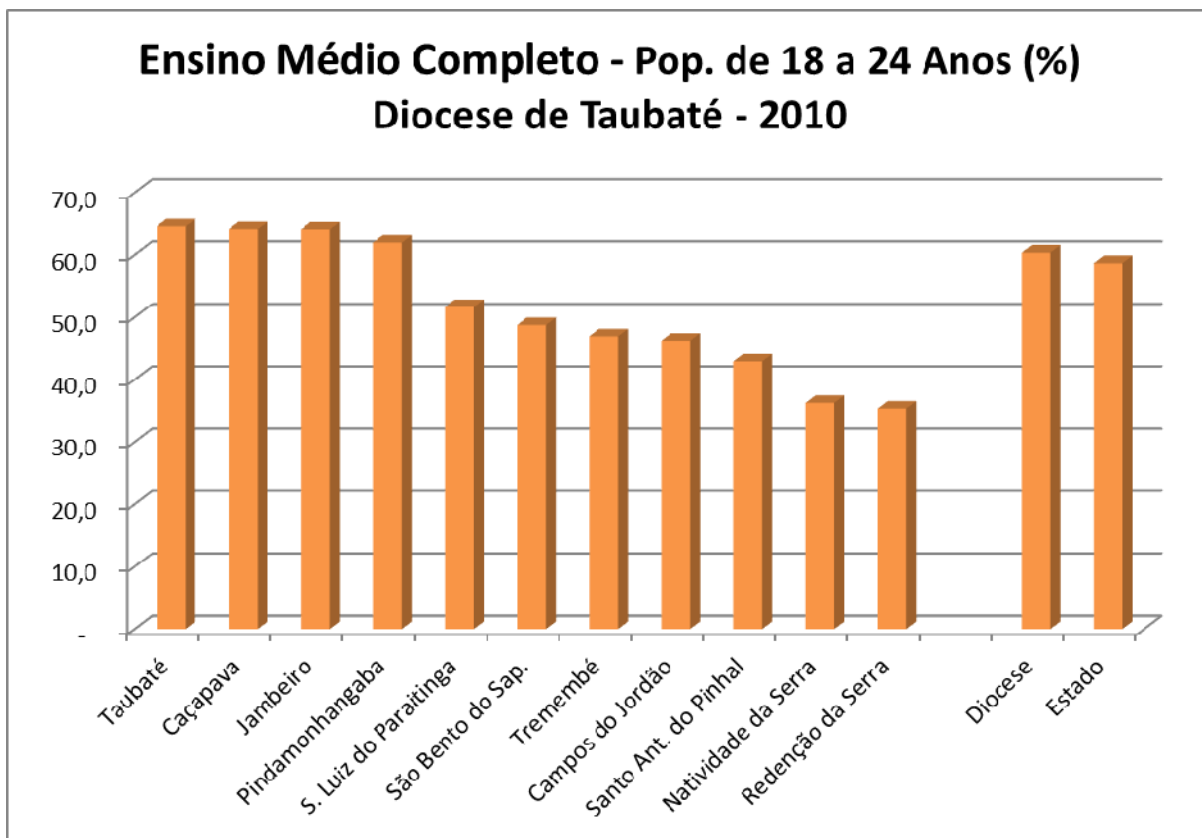
Município	Analfabetismo (%)
Natividade da Serra	16,6
Redenção da Serra	10,4
S. Luiz do Paraitinga	10,0
São Bento do Sap.	8,5
Santo Ant. do Pinhal	8,0
Jambeiro	7,1
Campos do Jordão	4,4
Caçapava	4,2
Pindamonhangaba	3,9
Tremembé	3,9
Taubaté	3,1
Diocese	4,0
Estado	4,3



II.5.b – Ensino Médio Completo - Pop. 18 a 24 anos (%)

Há que se envidar esforços na educação: mesmo cidades com maior poder econômico, como Campos do Jordão, têm índices baixos de escolarização de nível médio (46,3% dos jovens de Campos), ainda que a Diocese fique ligeiramente acima da média estadual (60,3% sobre 58,7%).

Município	Ensino Médio Completo Pop. 18 a 24 anos (%)
Taubaté	64,6
Caçapava	64,2
Jambeiro	64,1
Pindamonhangaba	61,9
S. Luiz do Paraitinga	51,6
São Bento do Sap.	48,7
Tremembé	47,0
Campos do Jordão	46,3
Santo Ant. do Pinhal	42,9
Natividade da Serra	36,3
Redenção da Serra	35,4
Diocese	60,3
Estado	58,7

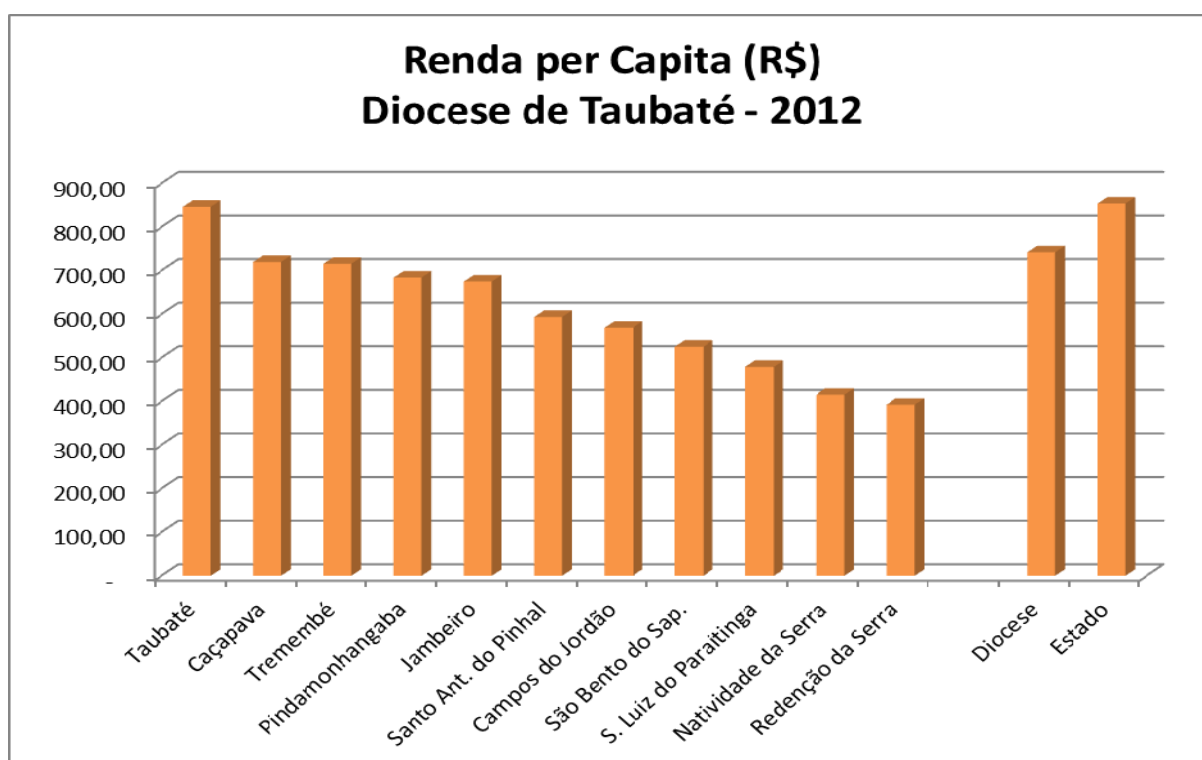


II.6 – CONDIÇÕES DE VIDA

II.6.a – Renda per Capita (R\$)

Ainda que os empregos formais sejam ligeiramente mais rendosos em Natividade e Redenção quando comparados com São Luiz, São Bento e Santo Antônio (como visto), estes últimos tem maior renda per capita. Já os municípios maiores, como previsto, têm renda per capita que chegam também a mais de duas vezes a renda dos menores: Taubaté, com R\$ 846,33, tem renda superior a 2,16 vezes à Redenção da Serra (R\$ 392,30).

Município	Renda per Capita (R\$)
Taubaté	846,33
Caçapava	719,83
Tremembé	715,72
Pindamonhangaba	683,99
Jambeiro	675,02
Santo Ant. do Pinhal	593,67
Campos do Jordão	568,87
São Bento do Sap.	525,47
S. Luiz do Paraitinga	479,18
Natividade da Serra	415,31
Redenção da Serra	392,30
Diocese	741,95
Estado	853,75

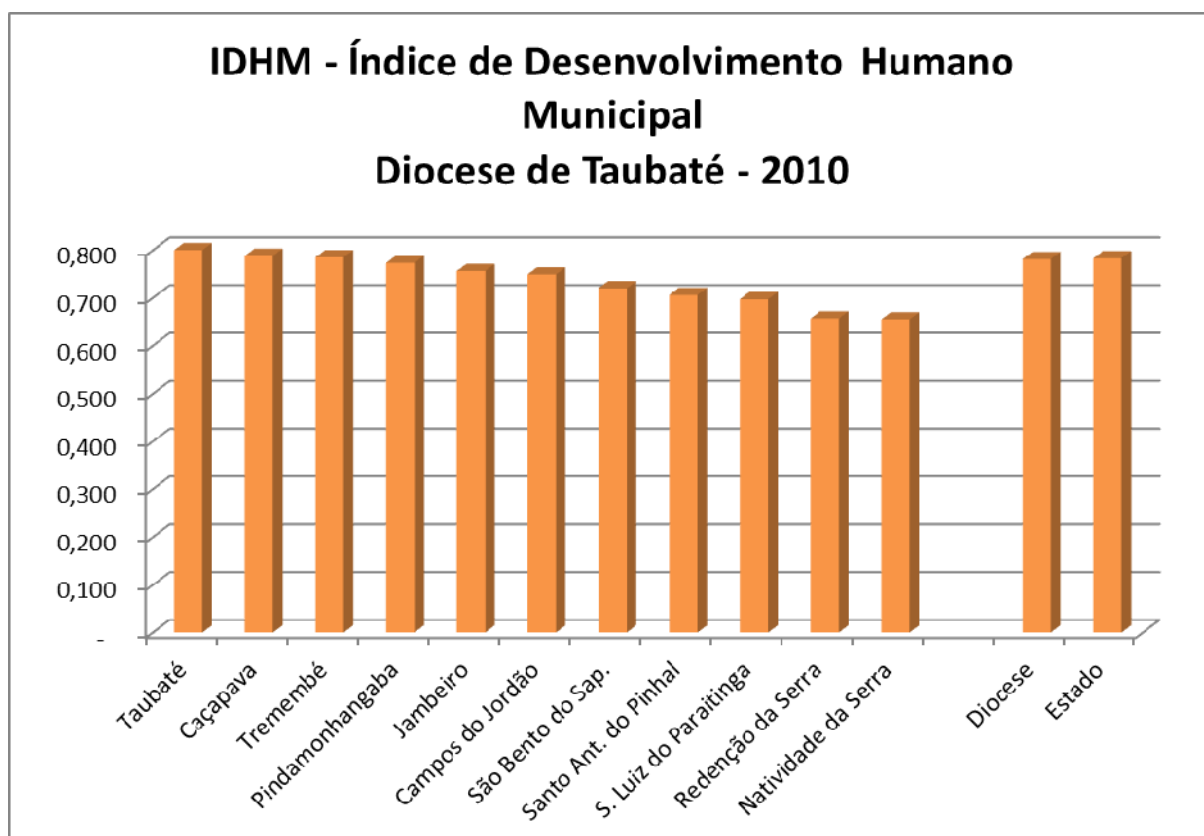


II.6.b – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano agrega os indicadores de escolaridade, longevidade e riqueza e permitem uma avaliação média mais fidedigna das condições de cada município.

No noss caso confirma a primeira impressão que os municípios menores têm também os menores índices de desenvolvimento, enquanto os municípios maiores apresentam grau de qualidade de vida comparável ao de países desenvolvidos.

Município	IDHM
Taubaté	0,800
Caçapava	0,788
Tremembé	0,785
Pindamonhangaba	0,773
Jambeiro	0,756
Campos do Jordão	0,749
São Bento do Sap.	0,720
Santo Ant. do Pinhal	0,706
S. Luiz do Paraitinga	0,697
Redenção da Serra	0,657
Natividade da Serra	0,655
Diocese	0,781
Estado	0,783



III – DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA

Conforme a própria literatura especializada alerta, dados de criminalidade devem ser analisados com cautela: nem sempre representam a realidade porque espelham apenas os crimes **comunicados** à autoridade policial mas não os crimes propriamente ocorridos.

“Pesquisas de vitimização realizadas no Brasil sugerem que, em média, os organismos policiais registram apenas um terço dos crimes ocorridos, percentual que varia de acordo com o delito.” (*Manual de Interpretação de Dados Criminais – Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo – São Paulo, 2005*).

III.1 – Quadro Geral – 2013

O quadro a seguir apresenta as ocorrências comunicadas e divulgadas, por força de lei, pela Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo.

Nos quadros seguintes, para que as comparações entre os municípios pudessem ser feitas os números absolutos foram normalizados para grupos de 100.000 e 10.000 habitantes, conforme se verá.

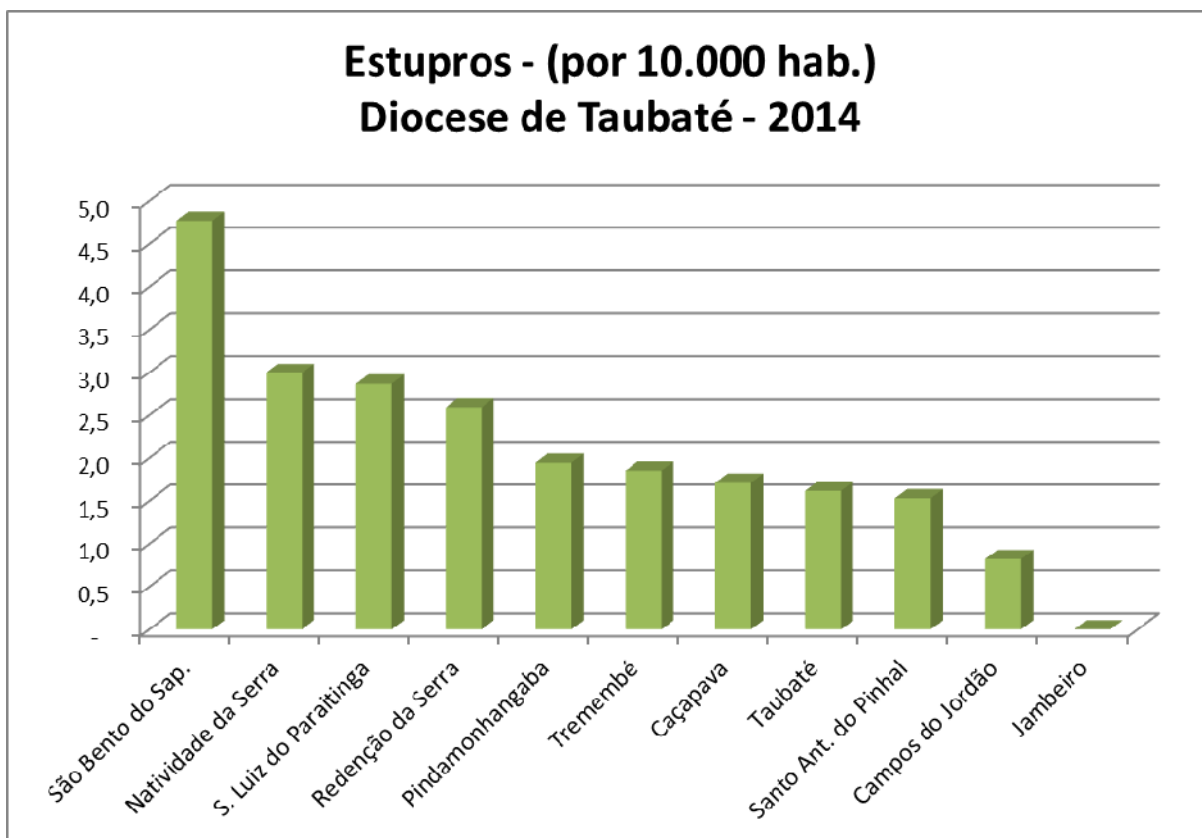
Município	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículo	Estupro	População
Taubaté	54	3.612	1.638	1.130	34	290.634
Pindam.	24	1.298	786	278	24	154.082
Caçapava	6	973	339	303	12	87.599
Camp. Jord.	5	582	125	31	3	48.746
Tremembé	8	246	103	69	7	43.157
São Bento	1	110	3	5	1	10.478
S. Luiz Par.	1	130	10	2	5	10.458
Natividade	1	47	3	3	2	6.679
Santo Ant.	0	92	6	1	3	6.537
Jambeiro	0	80	8	4	0	5.739
Redenção	0	34	3	0	1	3.852

III.2 – Estupros – (por 10.000 hab.)

Há dados alarmantes e inesperados aqui: os municípios menores, com menor grau de urbanização apresentam ocorrências de crimes sexuais violentos **três vezes** mais frequentes do que em municípios maiores, com maior complexidade socioeconômica. De fato, São Bento do Sapucaí, em 2014, apresentou 4,8 estupros a cada 10.000 hab. contra 1,6 estupros em Taubaté.

As causas precisam ser investigadas e enfrentadas. Há sugestão de que naqueles municípios mais rurais existam ocorrências de crimes de estupros entre familiares (praticados pelo chefe da família) e contra mulheres com deficiência mental.

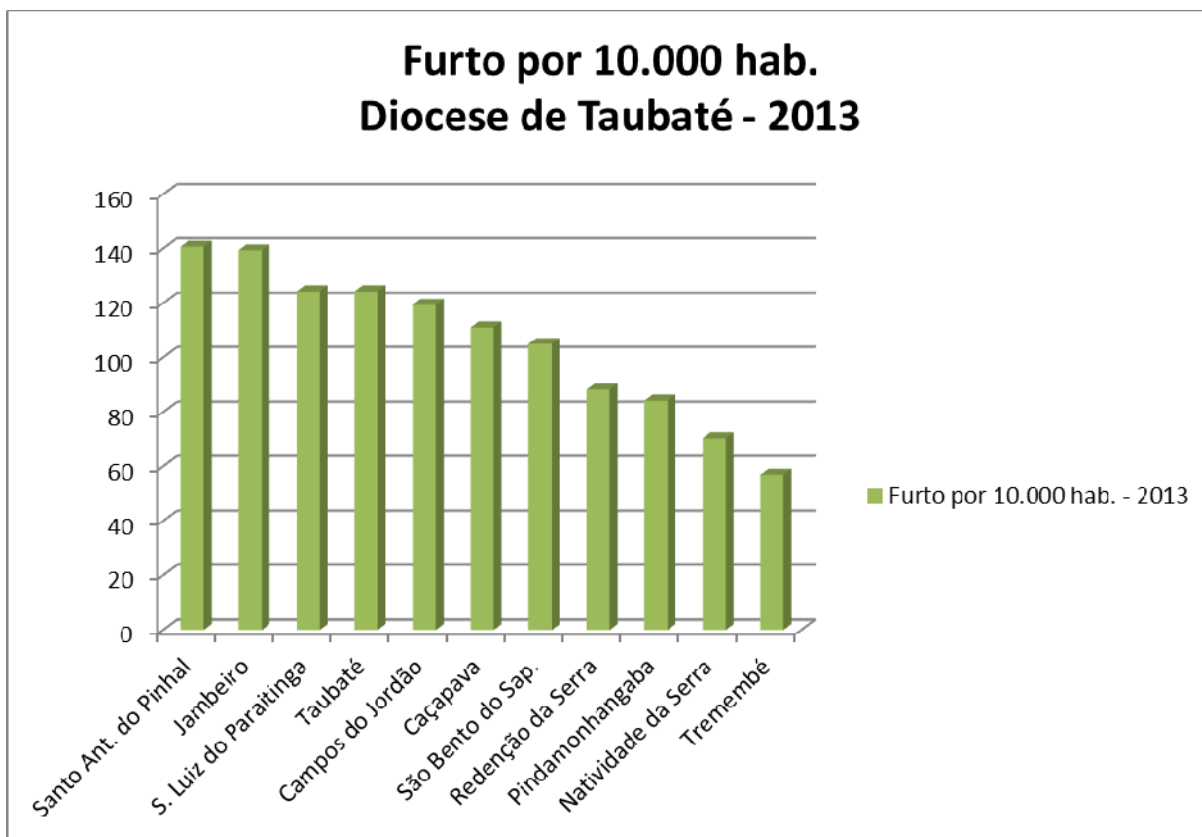
Município	Estupros - Por 10.000 hab	Estupros - ocorrências
São Bento do Sap.	4,8	5
Natividade da Serra	3,0	2
S. Luiz do Paraitinga	2,9	3
Redenção da Serra	2,6	1
Pindamonhangaba	1,9	30
Tremembé	1,9	8
Caçapava	1,7	15
Taubaté	1,6	47
Santo Ant. do Pinhal	1,5	1
Campos do Jordão	0,8	4
Jambeiro	-	0



III.3 – Furtos – (por 10.000 hab.)

Um dado ajuda a compreender o perfil da criminalidade em cada município: os menores apresentam crimes de menor violência. Santo Antônio do Pinhal lidera a lista de ocorrências de furtos (141 por 10.000 hab. em 2013), acima, por exemplo, de Taubaté (124) e Pindamonhangaba (84).

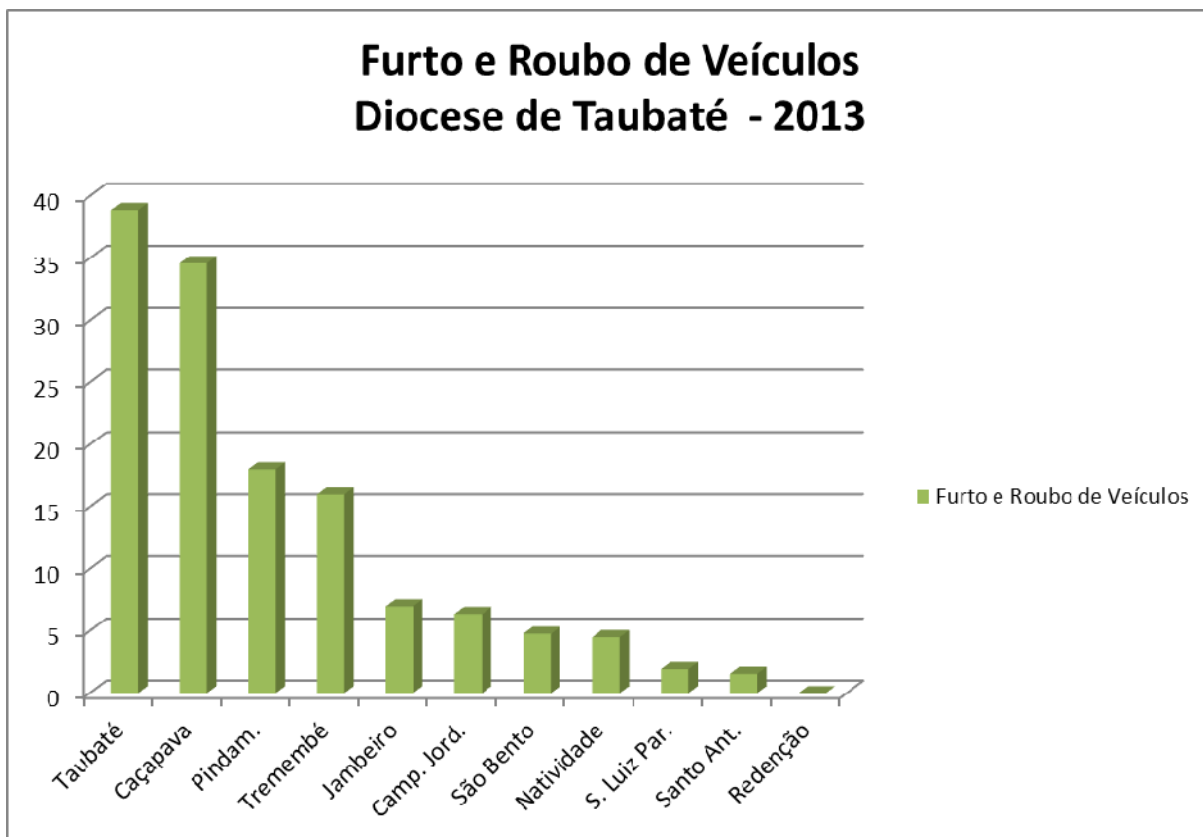
Município	Furtos (por 10.000 hab.) 2013
Santo Ant. do Pinhal	141
Jambeiro	139
S. Luiz do Paraitinga	124
Taubaté	124
Campos do Jordão	119
Caçapava	111
São Bento do Sap.	105
Redenção da Serra	88
Pindamonhangaba	84
Natividade da Serra	70
Tremembé	57



III.4 – Furtos e Roubos de Veículos – (por 10.000 hab.)

Estas ocorrências são diretamente proporcionais à população dos municípios: 39 furtos e roubos de veículos em Taubaté (por 10.000 hab.) e apenas 2 em Santo Antônio do Pinhal, em 2013.

Município	Furtos e Roubos de Veículos (por 10.000 hab.) - 2013
Taubaté	39
Caçapava	35
Pindamonhangaba	18
Tremembé	16
Jambeiro	7
Campos do Jordão	6
São Bento do Sap.	5
Natividade da Serra	4
S. Luiz do Paraitinga	2
Santo Ant. do Pinhal	2
Redenção da Serra	0



III.5 Homicídios Dolosos – (por 100.000 hab.)

Aqui também há correlação entre o delito e o tamanho populacional. No entanto, São Bento do Sapucaí, que liderou os crimes sexuais proporcionalmente à sua população em 2014, fica com quase a metade da proporção de homicídios praticados em Taubaté (10 e 19 casos a cada 100.000 hab., respectivamente).

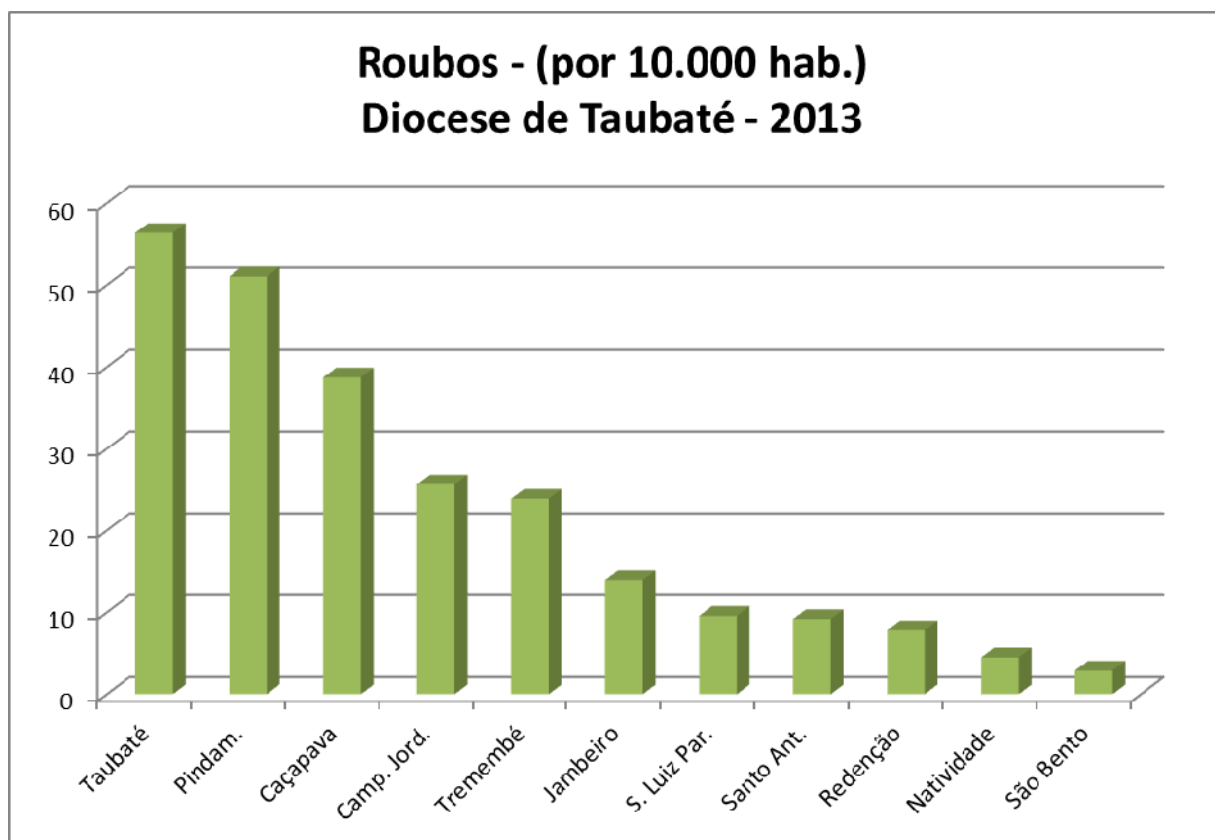
Município	Homicídios Dolosos (por 100.000 hab) - 2013
Taubaté	19
Tremembé	19
Pindamonhangaba	16
Natividade da Serra	15
Campos do Jordão	10
S. Luiz do Paraitinga	10
São Bento do Sap.	10
Caçapava	7
Jambeiro	0
Redenção da Serra	0
Santo Ant. do Pinhal	0



III.6 Roubos – (por 10.000 hab.)

Novamente há correlação entre crimes mais violentos e a população municipal: maior ocorrência nos municípios mais populosos.

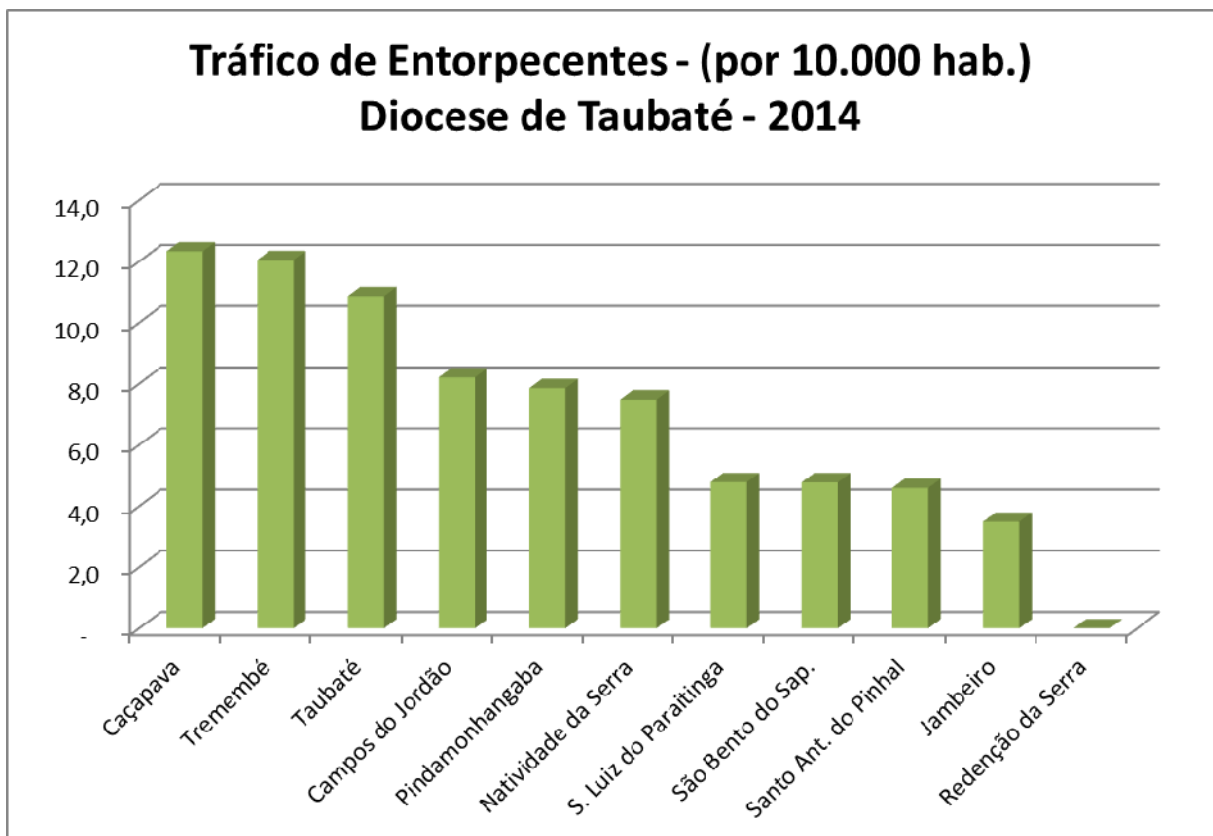
Município	Roubos (por 10.000 hab.) 2013
Taubaté	56
Pindamonhangaba	51
Caçapava	39
Campos do Jordão	26
Tremembé	24
Jambeiro	14
S. Luiz do Paraitinga	10
Santo Ant. do Pinhal	9
Redenção da Serra	8
Natividade da Serra	4
São Bento do Sap.	3



III.7 – Tráfico de entorpecentes – (por 10.000 hab.)

Ainda que haja também proporção entre população municipal e a ocorrência de tráfico de entorpecentes, o dados sugerem que Caçapava apresenta um quadro mais grave.

Município	Tráfico de Entorpecentes Por 10.000 hab.	Tráfico de Entorpecentes Ocorrências
Caçapava	12,3	108
Tremembé	12,0	52
Taubaté	10,9	316
Campos do Jordão	8,2	40
Pindamonhangaba	7,9	121
Natividade da Serra	7,5	5
S. Luiz do Paraitinga	4,8	5
São Bento do Sap.	4,8	5
Santo Ant. do Pinhal	4,6	3
Jambeiro	3,5	2
Redenção da Serra	-	0



IV – CONSELHOS MUNICIPAIS

IV.1 – Introdução

Vê-se, alvissareiramente, o despertar de um crescente interesse, principalmente pelos jovens, de participar da política, no sentido de busca do bem comum, de inconformismo com a ineficiência, o desperdício, e a corrupção.

Tal desejo é respaldado pela Constituição Federal de 1988 que estabeleceu o princípio da *democracia participativa*.

Todavia, sem a devida canalização para instrumentos hábeis que possam dar consequências concretas a esse interesse ele pode simplesmente passar da fase de consciência, depois protestos difusos e generalistas (como podemos observar nas redes sociais) e finalizar no desânimo e até no desconcolo, desesperança ou mesmo cinismo cívico. É preciso ter estratégias de participação.

Na prática é preciso dedicar-se a uma área, ou poucas áreas de governo: seja a saúde, educação, trânsito, transporte coletivo, etc.

Dos referidos instrumentos de participação, alguns dos mais importantes são os Conselhos Municipais. Em suas áreas específicas os Conselhos têm poder maior do que a Câmara Municipal. Ou melhor, tem um poder que foi roubado às Câmaras: poder administrativo. Por exemplo, a Câmara não pode determinar políticas públicas de saúde (matéria administrativa exclusiva do Prefeito), mas o Conselho de Saúde pode.

Os conselhos são órgãos do Poder Executivo, da Prefeitura, e, normalmente são paritários (variando conforme a legislação federal e municipal de criação de cada um deles), vale dizer: dividem-se em duas classes de representação: da sociedade civil (representantes de instituições e coletivos) e da Prefeitura.

De imediato importa saber que os conselhos podem ter natureza *deliberativa* (suas decisões impõem obrigações aos prefeitos) ou meramente *consultiva* (opinam, mas não podem impor suas decisões).

Por lei federal, os quatro principais Conselhos são de natureza deliberativa: Saúde, Educação, Assistência Social e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os três últimos são paritários; o primeiro, não: a sociedade civil detém três quartos dos seus membros e a Prefeitura apenas um.

Ao fim, mas não menos importante: na imensa maioria dos municípios, em especial dos menores, os Conselhos têm mera existência formal, porque são requisitos legais para que sejam repassados recursos federais e estaduais.

Se é necessário tê-los para ter acesso a recursos, os prefeitos os criam! Na realidade, propõem sua criação (que é de iniciativa exclusiva do Executivo, por serem órgãos deste poder, como visto) e as Câmaras aprovam (a criação é por lei).

Como o objetivo é orçamentário, e não de fomento da democracia participativa, nestes lugares os Conselhos existem, mas não funcionam. O que importa para fins de comprovação legal de funcionamento são as atas das reuniões. Não raro, promovem-se reuniões “virtuais” – para não dizer fraudadas: redigem-se as atas e vai-se de casa em casa colhendo-se as assinaturas dos membros do “conselho virtual”.

Uma abordagem teórica sobre Conselhos Municipais, realizado por nós, tratando de suas potencialidades e limites e exposto em reunião do Sub-Regional Sul 1 da CNBB está disponível neste sítio: <http://1drv.ms/1Et1rNq>

IV.2 Do levantamento na Diocese

Um grupo de voluntários dedicou-se durante semanas a prospectar por telefone, município por município, prefeitura por prefeitura, secretária por secretária, informações disponíveis sobre os Conselhos – mínimas que fossem.

A resistência foi enorme. Como previsto, nos menores municípios todos os artifícios e argumentos diversionistas foram usados para não informar.

Destaque neste particular para Jambeiro. Um responsável da Prefeitura sobressaltou-se com nossas perguntas e disse, peremptoriamente, que estava “proibido pelo Prefeito de dar tais informações de Conselhos pois não sabia quem estava do outro lado da linha e poderia ser ‘perigoso’”. Mas, por fim, encontramos um outro servidor mais afinado com a transparência pública que nos forneceu, com facilidade, os poucos dados que tinha.

Há, porém, destaques positivos: Pindamonhangaba forneceu prontamente as informações e em arquivo eletrônico. Em Santo Antônio do Pinhal, o próprio prefeito atendeu ao telefone, deu as informações que sabia e prontificou-se a completá-las, se necessário.

Taubaté não tem essas informações agregadas, mas reúne (entre Conselhos Municipais e Conselhos Diretores de Fundos Públicos) 27 organismos. A maioria em funcionamento, mas alguns poucos inativos. Destaca-se ainda neste município que pelo menos um dos Conselhos (o de Assistência Social) está na página principal da Prefeitura na internet e ali publica suas atas, ainda que sem destaque e sob algumas camadas de cliques (vide aqui:

<http://www.taubate.sp.gov.br/index.php/2012-01-17-18-40-44/desenvolvimento-e-inclusao-social/conselho-municipal-da-assistencia-social>)

Ademais é o único município que tem uma “Casa dos Conselhos”, ou seja, uma sede própria para abrigar os colegiados, o que é essencial para o funcionamento, consolidação de suas identidades e percepção popular de suas existências – o que é amplamente desconhecido da população.

Com vistas ao caráter também operacional deste relatório, listamos a seguir o rol de Conselho de cada município, lei de criação, presidentes e datas das reuniões. Infelizmente, na maioria dos casos essas informações não foram fornecidas, apesar da insistência mencionada. Nestes casos usamos nas tabelas a notação (...).

IV.3 Taubaté

CONSELHO	SIGLA	LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO	PRESIDENTE	REUNIÕES
Acompanhamento do FUNDEB	FUNDEB	Lei nº 4048, de 27 de abril de 2007,	Presidente - Roseane Pereira	...
Alimentação Escolar	CAE	Lei Complementar nº 226, de 17 de agosto de 2010	Vice-Presidente - Jefferson Luiz Muniz Marques	...
Assistência Social	CMAS	Lei nº 3255, de 18 de janeiro de 1999	Presidente - Maria Benedita dos Santos Ivo Antunes	...
Bolsas de Estudo	SIMUBE	Lei nº 2039, de 30 de maio de 1983	Presidente - Alexandre Ferri	...
Ciência, Tecnologia e Inovação de Taubaté	SMCTIE	Lei nº 4797, de 18 de outubro de 2013	Presidente - Bernardo Ortiz Jr.	...
Conselho Tutelar I	CT - I	Lei nº 3271, de 26 de abril de 1999	Coordenador - Adriana Lucci Mussi	...
Conselho Tutelar II	CT - II	Lei nº 3271, de 26 de abril de 1999	Coordenador - Anderson de Oliveira Santos	...
Controle Social do Programa Bolsa Família	CMCS	Lei nº 3824, de 1º de fevereiro de 2005	Presidente - Leonora Mendonça L. H. Brandão	...
Defesa do Consumidor	CONDECON	Lei Complementar nº 324, de 21 de novembro de 2013	Presidente - Prof. Dr. Jean Soldi Steves	...
Desenvolvimento Rural	CMDR	Lei Complementar nº 338, de 23 de abril de 2014
Desenvolvimento Urbano	CMDU	Lei Complementar nº 317 de 07 de junho de 2013	Presidente - Alexandre Simpson do Amaral	...
Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA	Lei nº 3.271, de 26 de abril de 1999	Presidente - Tine Haukas Eide Andreassen Lopes	...
Direitos da Pessoa com Deficiência	COMDEF	Lei nº 3907 de 16 de janeiro de 2006	Presidente - Luciana de Oliveira Rocha Magalhães	4ª terça-feira (mensais) - 9:00
Economia Criativa e Economia Solidária de Taubaté	COMECE	Lei nº 4797, de 18 de outubro de 2013
Educação	CME	Lei nº 4048, de 27 de abril de 2007	Presidente - Neir Lardo Leitão	...
Fundo de Assistência ao Desporto	FAD	Lei nº 3986, de 1º de dezembro de 2006	Presidente - Marcelo Gonçalves Mora	...

Taubaté- cont.

CONSELHO	SIGLA	LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO	PRESIDENTE	REUNIÕES
Fundo Especial de Manutenção do Corpo de Bombeiros	FEBOM	Lei nº 4530, 12 de setembro de 2011	Presidente - Prefeito Municipal José Bernardo Ortiz Monteiro Junior	...
Fundo Social de Solidariedade de Taubaté	FUSSTA	Lei nº 2043/83	Presidente - Mariah Leite Perrotta Ortiz	...
Habitação	CMH	Lei nº 4072, de 5 de julho de 2007	Presidente - Vitor Rodrigues de Souza	...
Idoso	CMI	Lei nº 3823, de 1º de fevereiro de 2005	Presidente - Clebion Eli Miranda	2ª terça-feira mesal - 9:30
Meio Ambiente	COMDEMAT	Lei Complementar nº 165, de 23 de junho de 2007	Presidente - Heloisa Tavares de Mattos Martins	1ª terça-feira de cada bimestre - 9:30
Patrimônio Histórico, Artístico, Urbanístico, Arqueológico e Arquitetônico	PATRIMÔNIO HISTÓRICO	Lei Complementar nº 055, de 08 de junho de 1994	Presidente - Cláudia Regina Passarelli Castro e Souza	...
Políticas sobre Drogas	COMAD	Lei nº 3971, de 24 de agosto de 2006	Presidente - Reinaldo Galdino da Silva	...
Saúde	COMUS	Lei nº 11 de 16 de setembro de 1991	Presidente - Mario Romero	4ª segunda-feira (mensais) - 19:30
Segurança Alimentar e Nutricional	COMSEA	Lei nº 3751, de 9 de fevereiro de 2004
Transporte Coletivo	CMTC	Lei nº 76, de 07 de outubro de 1999
Turismo	COMTUR	Lei Complementar 149, de 05 de abril de 2006	Presidente - Maria Lúcia de Paiva	...

Contato: Solar dos Conselhos Municipais, com a Sra. Sueli, secretária. Tel 3624-3319.

IV.4 – Pindamonhangaba

CONSELHO	SIGLA	LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO	PRESIDENTE	REUNIÕES
Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	FUNDEB	Lei nº 4556 de 1º de março de 2007	Presidente - Ronaldo Pinto de Andrade	4ª sexta-feira (mensais)
Assistência Social	CMAS	Lei nº 3199, de 16 de abril de 1996	Presidente - Benedito Sergio Irineu	2ª quarta-feira (mensais)
Conselho de Alimentação Escolar	CAE	Lei nº 3773/2001 de 7 de fevereiro de 2001	Presidente - Mara Bolson	...
Conselho Tutelar	CT	Lei nº 4754 de 27 de fevereiro de 2008	Coordenador - José Eduardo dos Santos	...
Cultura	CMC	Lei nº 4966 de 23 de setembro de 2009	Presidente - Francisco Antonio Leite de Freitas Filho - KIKO	2ª segunda-feira (mensais)
Defesa Meio Ambiente	CMMA	Lei nº 4955 de 01 de setembro de 2009	Presidente - Adriana Alexandrina Nogueira Miranda Picca	3ª terceira-feira (mensais)
Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA	Lei nº 2626 de 19 de dezembro de 1991	Presidente - Adriano Augusto Zanotti	...
Direitos da Mulher	COMDIM	Lei nº 4985 de 10 de novembro de 2009 e 5224/2011	Presidente - Simone Sousa Lima Tomé Braça	1ª segunda-feira (mensais)
Educação	CME	Lei nº 2532 de 15 de maio de 1991 e 5194/2011	Presidente - Abigail Cristina Camilo Zacharias	4ª quinta-feira (mensais)
Idoso	CMI	Lei nº 4492, de 03 de outubro de 2006 e 5230/2011	Presidente - Patrícia Campos	1ª quinta-feira (mensais)
Juventude	COMJUV	Lei nº 5574/2013
Participação e Desenvolvimento da Comum. Negra	CPDCN	Lei nº. 4750 de 14 de janeiro de 2008	Presidente - Antonio Rogério Lemes de Souza (Pai Rogerio)	4ª quinta-feira (mensais)
Patrim. Hist., Cult., Amb. e Arquit.	CMPHAA	Decreto nº 4416 de 30 de novembro de 2007
Pessoa com Deficiência	CMPD	Lei nº 4682 de 12 de setembro de 2007, 4776/2008 e 5442/2012	Presidente - Andrea Campos Sale Martins	1ª quinta-feira (mensais)
Política sobre drogas	COMAD	Lei nº 5146 de 15 de dezembro de 2010 e 5556/2013	a ser regularizado - 1ª gestão	a ser regularizado - 1ª gestão
Saúde	COMUS	Lei nº 2533 de 21 de maio de 1991 e 5407/2012	Presidente - José Fernandes Ribeiro	4ª terça-feira (mensais)
Segurança Alimentar e Nutricional	COMSEA	Lei nº 5427 de 23 de agosto de 2012	Presidente - Maria Aparecida Correa Gonçalves	...
Turismo	COMTUR	Lei nº 3393 de 15 de dezembro de 1997	Presidente - Jairo Fogaça	...

IV.5 – Caçapava

CONSELHO	SIGLA	LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO	PRESIDENTE	REUNIÕES
Assistência Social	CMAS	2ª quinta-feira (mensais)
Bolsa Família	COMBF	3ª quarta-feira (mensais)
Conselho Tutelar	CT
Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA	2ª quarta-feira (mensais)
Educação	CME
Idoso	CMI	3ª terça-feira (mensais)
Mobilidade Urbana	COMMUR	1ª segunda-feira (mensais)
Pessoa com Deficiência	CMPD	2ª quinta-feira (mensais)
Política sobre Drogas	COMAD	a ser regularizado – 1ª gestão
Saúde	COMUS
Segurança	CMS

IV.6 – Campos do Jordão

CONSELHO	SIGLA	LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO	PRESIDENTE	REUNIÕES
Assistência Social	CMAS	(mensais)
Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA	(mensais)
Educação	CME	(mensais)
Idoso	CMI	(mensais)
Plano Diretor	CMPD	(mensais)
Saúde	COMUS	(mensais)
Segurança	CMS	(mensais)
Conselho Tutelar	CT

IV.7 – Tremembé

CONSELHO	SIGLA	LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO	PRESIDENTE	REUNIÕES
Alimentação Escolar	CAE
Assistência Social	CMAS
Conselho Tutelar	CT
Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA
Educação	CME
Idoso	CMI
Saúde	COMUS

IV.8 – São Bento do Sapucaí

CONSELHO	SIGLA	LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO	PRESIDENTE	REUNIÕES
Assistência Social	CMAS	(mensais)
Conselho Tutelar	CT
Controle Social do Programa Bolsa Família	CMCS
Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA	(mensais)
Educação	CME	(mensais)
Idoso	CMI	(mensais)
Meio Ambiente	COMDEMAT
Política sobre drogas	COMAD	(mensais)
Saúde	COMUS	(mensais)
Segurança Alimentar e Nutricional	COMSEA	(mensais)
Turismo	COMTUR

IV.9 – São Luiz do Paraitinga

CONSELHO	SIGLA	LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO	PRESIDENTE	REUNIÕES
Assistência Social	CMAS	(mensais)
Conselho Tutelar	CT
Controle Social do Programa Bolsa Família	CMCS
Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA	(mensais)
Educação	CME
Idoso	CMI	(mensais)
Patrimônio Histórico, Artístico, Urbanístico, Arqueológico e Arquitetônico	PATRIMÔNIO HISTÓRICO
Saúde	COMUS

IV.10 – Natividade da Serra

CONSELHO	SIGLA	LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO	PRESIDENTE	REUNIÕES
Assistência Social	CMAS
Conselho Tutelar	COMSEA
Defesa Civil	COMDEC
Desenvolvimento Rural	CMDR
Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA
Educação	CME
Saúde	COMUS

IV.11 – Santo Antônio do Pinhal

CONSELHO	SIGLA	LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO	PRESIDENTE	REUNIÕES
Assistência Social	CMAS	(mensais)
Conselho Tutelar	CT
Controle Social do Programa Bolsa Família	CMCS
Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA	(mensais)
Educação	CME
Idoso	CMI	(mensais)
Saúde	COMUS	(mensais)
Segurança Alimentar e Nutricional	COMSEA	(mensais)

IV.12 – Jambeiro

CONSELHO	SIGLA	LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO	PRESIDENTE	REUNIÕES
Assistência Social	CMAS
Bolsa Família	CMCS
Conselho Tutelar	CT
Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA
Educação	CME
Idoso	CMI
Saúde	COMUS
Segurança	CMS

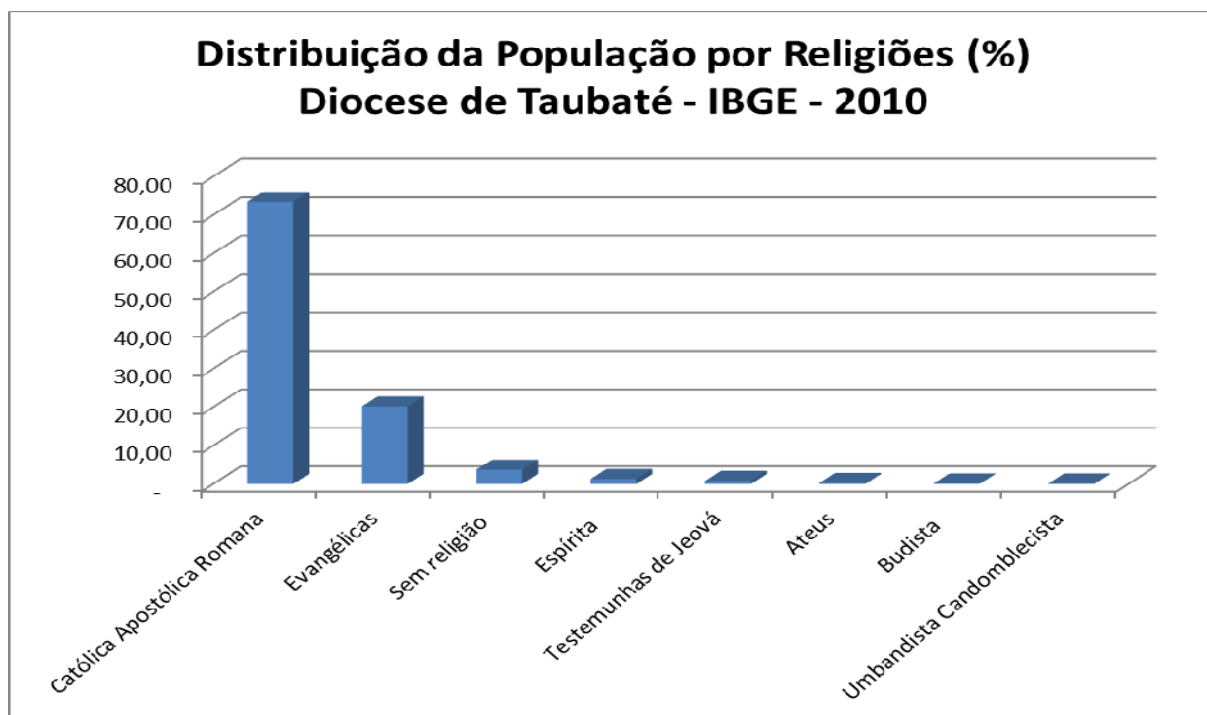
IV.13 – Redenção da Serra

Conselho	Sigla	Lei de Criação do Conselho	PRESIDENTE	REUNIÕES
Assistência Social	CMAS
Conselho Tutelar	CT
Desenvolvimento Rural	CMDR
Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA
Educação	CME
Meio Ambiente	COMDEMAT
Saúde	COMUS

V – RELIGIÕES PRESENTES NA DIOCESE

Há uma forte hegemonia das religiões cristãs na Diocese, em que os dois principais representantes deste grupo, católicos e evangélicos, somam 93,42% da população.

Distribuição da População por Religiões (%)	
Diocese de Taubaté - IBGE - 2010	
Católica Apostólica Romana	73,42
Evangélicas	20,20
Sem religião	3,70
Espírita	1,30
Testemunhas de Jeová	0,79
Ateus	0,28
Budista	0,13
Umbandista Candomblecista	0,08
Católica Ortodoxa	0,03
Mórmons	0,03
Espiritualista	0,03
Tradições Esotéricas	0,01
Católica Apostólica Brasileira	-
Judaica	-
Hinduística	-
Islâmica	-
Tradições Indígenas	-
Agnósticos	-
	100,00



V.1 – Católicos e Demais Religiões (% da população)

Os católicos são a imensa maioria na Diocese, com 73,42% das pessoas assim se declarando, com predomínio nos municípios menos populosos e ligeiramente menos numerosos nos maiores, como, por exemplo, em Pindamonhangaba, em que estes não passam de 64,4% da população.

Em todos os municípios há relação inversa entre a proporção de católicos e evangélicos.

Município	Católicos Apostólicos Romanos	Evangélicos	Outros
São Bento do Sap.	85,5	10,4	4,1
S. Luiz do Paraitinga	84,6	11,0	4,4
Redenção da Serra	82,8	13,3	3,9
Santo Ant. do Pinhal	81,9	11,1	7,0
Natividade da Serra	73,6	20,0	6,4
Jambeiro	72,7	21,5	5,9
Caçapava	71,0	19,7	9,3
Campos do Jordão	70,2	22,1	7,8
Taubaté	67,0	21,7	11,3
Tremembé	65,8	23,5	10,8
Pindamonhangaba	64,4	24,5	11,1

